

N.º DO PROCESSO 453/2022

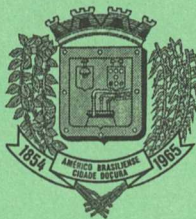
**EXERCÍCIO DE** \_\_\_\_\_ **FL. 01**

Processo N.º 453/2022

Carga N.º \_\_\_\_\_

Data do Processo 11 / 05 / 2022

Em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_



**CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE**

ESTADO DE SÃO PAULO

Interessad Poder Executivo

Natureza do Documento Processado Projeto de Lei nº 031/2022

Data do Documento Processado 11 de maio de 2022

Assunto Institui a Política Municipal de Proteção e Gestão Animal do Município de Américo Brasileiro e dá outras providências



**Ofício 344/2022**

Código nº 571.616.522.064.954.193

Prefeitura do Município de  
Américo Brasiliense

Folha	02
Proc.	453/2022
Resp.	MCB

Fabio S. **DEADM - SEC**

(via WEB)

Destinatário

Câmara Municipal

- 16 99609-5631

CNPJ 50.513.589/0001-08

Em 10/05/2022 às 15:14

## Projeto de Lei

Excelentíssimo Senhor Presidente

**Vereador JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE**

DD. Presidente da Câmara Municipal

NESTA

Com cordiais e respeitosos cumprimentos, em cumprimento a determinação do Exmo. Sr. Prefeito Dirceu Brás Pano, encaminho em anexo, o(s) projeto(s) de lei, por meio do(s) seguinte(s) expediente(s):

- *Ofício nº 177/2022 - Institui a Política Municipal de Proteção e Gestão Animal do Município de Américo Brasiliense e dá outras providências.*

Encaminho ainda, o(s) respectivo(s) arquivo(s) de texto, para o uso que se fizer necessário.

Solicito ainda a gentileza da confirmação da protocolização do(s) mesmo(s).

Sem mais para o momento, renovo a Vossa Excelência e demais ilustres Vereadores, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**Fabio Tavares da Silva**

Secretário Municipal

of\_177\_2022\_assinado\_PL\_.pdf (215,33 KB)

1 download

Projeto\_de\_Lei\_de\_Protecao\_aos\_animais.docx (65,00 KB)

1 download

## Transparência — Quem já visualizou

Câmara Municipal

IP 201.33.203.252

10/05/2022 às 16:27

Consulta externa por código

IP 201.33.203.252

10/05/2022 às 16:19

Fabio Tavares da Silva - Secretário Municipal

DEADM » DEADM - SEC

10/05/2022 às 15:14

### Tramitação 1- 344/2022

10/05/2022 às 16:31

Fábio, o ofício nº 344/2022 foi protocolado na data de 10/05/2022 com o número 453.

Atte.,

Respondido

Câmara Municipal

16.99609-5631

CNPJ 50.513.589/0001-08



Envolvidos

Luiz Gabriel

Câmara Municipal

Este documento foi assinado digitalmente.

10/05/2022 às 16:31

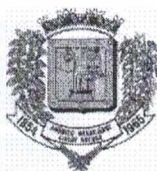
Câmara Municipal assinou digitalmente [Assinatura 1Doc] com o certificado **CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILENSE** CNPJ 50.513.589/0001-08 conforme MP nº 2.200/2001

[Verificar](#) [Co-assinar](#)

Folha 03  
Proc. 453/2022  
Resp. 7607

1Doc • Comunicação Interna, Atendimento, Documentos e Tarefas • [www.1doc.com.br](http://www.1doc.com.br)[« Voltar - Central de Atendimento](#)





Folha	04
Proc.	453/2022
Resp.	TRC

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Américo Brasiliense, 05 de maio de 2022.

### OFÍCIO Nº 177/2022

Senhor Presidente

Com os nossos cordiais e respeitosos cumprimentos, tomamos a liberdade de encaminhar através dessa Presidência, para que seja levado à deliberação dos nobres Senhores Vereadores membros dessa Casa Legislativa, o incluso projeto de lei que institui a Política Municipal de Proteção e Gestão Animal do Município de Américo Brasiliense e dá outras providências.

Visa o incluso projeto de lei, estabelecer medidas destinadas visando à Proteção e Bem-Estar Animal, Posse Responsável e Controle de Natalidade de cães e gatos no Município de Américo Brasiliense, tendo suas ações relativas à Política Municipal de Proteção aos Animais planejadas, coordenadas e desenvolvidas pelo Centro de Triagem Animal (CTA), conforme preconiza o artigo 1º.

Destaca-se no texto normativo, os objetivos a serem alcançados com a aplicação da sua Política Municipal de Proteção aos Animais (art. 3º), a saber:

- Definir as ações de proteção e bem-estar à saúde animal;
- Normatizar, planejar, executar e coordenar os procedimentos de bem-estar e proteção à vida animal;
- Realizar o credenciamento de médicos veterinários, consultórios, clínicas, hospitais e outros estabelecimentos veterinários para a execução de atividades, campanhas e ações previstas na presente Lei;
- Incentivar, divulgar, promover e realizar a identificação de animais dentro do território do município;
- Realizar o registro de animais para fins de cadastro, controle e planejamento de ações;
- Planejar e executar ações de controle de população de animais de pequeno porte (cães e gatos) pelo método de esterilização cirúrgica em fêmeas e machos;
- Coordenar e desenvolver ações e atividades para incentivar a prática da adoção e posse responsável de animais de pequeno porte.
- Contribuir para monitorar as Doenças de Notificação Compulsória (DNC) relacionadas com animais;
- Combater e prevenir os maus tratos aos animais;
- Fiscalizar e aplicar as normas previstas em legislação de proteção e controle animal e aquelas relativas à criação, comercialização, propriedade, guarda, posse, uso, transporte, tráfego, relativas aos animais dentro do município;
- Criar e acompanhar indicadores para acompanhamento da evolução da população animal e do resultado das ações desenvolvidas



Folha	05
Proc.	453/2022
Resp.	W



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

apresentando aos órgãos envolvidos.

A pretendida norma perfaz-se necessária uma vez que a legislação municipal vigente se encontra desatualizada.

Considerando a importância da medida ora encaminhada, devida a sua natureza e destinação, entendemos não ser necessária a apresentação de maiores justificativas.

Na expectativa de que o presente projeto irá receber uma manifestação favorável dos nobres Senhores Vereadores, aproveitamos a oportunidade para expressar nossos agradecimentos, reafirmando a Vossa Excelência e aos demais pares os protestos de consideração e distinto apreço

Atenciosamente,

**DIRCEU BRÁS PANO**  
**Prefeito Municipal**

Exmo. Sr.

**Vereador JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE**

DD. Presidente da Câmara Municipal

AMÉRICO BRASILIENSE – SP



Folha	06
Proc.	453/2022
Resp.	R003

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

PROJETO DE LEI Nº 031/2022

*Institui a Política Municipal de Proteção e Gestão Animal do Município de Américo Brasileiro e dá outras providências.*

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Proteção e Gestão Animal, visando à Proteção e Bem-Estar Animal, Posse Responsável e Controle de Natalidade de cães e gatos no Município de Américo Brasileiro.

Parágrafo único. As ações relativas à Política Municipal de Proteção aos Animais a que se refere o "caput" deste artigo serão planejadas, coordenadas e desenvolvidas pelo Centro de Triagem Animal (CTA).

Art. 2º O desenvolvimento de ações objetivando a execução da Política Municipal de Proteção e Gestão Animal passa a ser regida por esta lei, que tem como princípios básicos:

- I - O bem-estar humano e animal;
- II - O incentivo a uma educação ambiental voltada para a posse responsável;
- III - O controle das populações animais abrangidas por esta lei;
- IV - A prevenção e controle de zoonoses;
- V - A identificação, recolhimento e registro de animais;
- VI - A fiscalização e punição dos maus tratos aos animais.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal de Proteção aos Animais:

- I - Definir as ações de proteção e bem-estar à saúde animal;
- II - Normatizar, planejar, executar e coordenar os procedimentos de bem-estar e proteção à vida animal;
- III - Realizar o credenciamento de médicos veterinários, consultórios, clínicas, hospitais e outros estabelecimentos veterinários para a execução de atividades, campanhas e ações previstas na presente Lei;
- IV - Incentivar, divulgar, promover e realizar a identificação de animais dentro do território do município;
- V - Realizar o registro de animais para fins de cadastro, controle e planejamento de ações;





Folha	07
Proc.	453/2022
Resp.	WCB



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

VI - Planejar e executar ações de controle de população de animais de pequeno porte (cães e gatos) pelo método de esterilização cirúrgica em fêmeas e machos;

VII - Coordenar e desenvolver ações e atividades para incentivar a prática da adoção e posse responsável de animais de pequeno porte.

VIII - Contribuir para monitorar as Doenças de Notificação Compulsória (DNC) relacionadas com animais;

IX - Combater e prevenir os maus tratos aos animais;

X - Fiscalizar e aplicar as normas previstas em legislação de proteção e controle animal e aquelas relativas à criação, comercialização, propriedade, guarda, posse, uso, transporte, tráfego, relativas aos animais dentro do município;

XI - Criar e acompanhar indicadores para acompanhamento da evolução da população animal e do resultado das ações desenvolvidas apresentando aos órgãos envolvidos.

Art. 4º Constituem objetivos básicos das ações de prevenção e controle de zoonoses e das ações de controle das populações de animais:

I - Prevenir, reduzir e eliminar a morbidade e a mortalidade, bem como os sofrimentos humanos causados pelas zoonoses urbanas prevalentes;

II - Preservar a saúde da população, mediante o emprego dos conhecimentos especializados e experiências de Saúde Pública Veterinária.

III - Prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento aos animais;

IV - Preservar a saúde e o bem-estar da população humana, evitando-lhe danos ou incômodos causados por animais;

V - Fomentar e realizar ações de educação sobre a posse e propriedade responsável, na comunidade escolar, em todos os níveis, bem como nas comunidades, através de campanhas educativas;

VI - Estabelecer parcerias com instituições de ensino superior, associações de proteção aos animais, órgãos governamentais e não governamentais;

VII - Controlar a natalidade através de castrações, esterilizações e uso de produtos químicos para evitar o período de cio ou fecundação.

Art. 5º O Centro de Triagem Animal será responsável por:

I – Fiscalizar denúncias de maus-tratos e agressões a animais;

II – Realizar a apreensão de animais feridos ou debilitados;

III – Notificar, multar ou aplicar penalidades disciplinadas nesta Lei;

IV – Encaminhar os animais suspeitos de zoonoses para a coleta de exames e observação, com fornecimento de tratamento suporte do animal resgatado durante o período de observação da zoonose;

V – Realizar tratamento dos animais resgatados, providenciando abrigo para eles;



Folha	08
Proc.	453/2021
Resp.	WCC

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

VI – Adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das disposições regulamentadas nesta legislação, bem como aquelas inerentes ao poder de polícia correlato.

Parágrafo único. Compete à Ouvidoria Geral do Município, recepcionar as denúncias, reclamações e outras demandas relacionadas à política municipal de proteção animal, remetendo ao Centro de Triagem Animal os devidos registros e encaminhamentos que se fizerem necessários.

Art. 6º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Zoonose: infecção ou doença infecciosa transmissível naturalmente entre animais vertebrados e o homem e vice-versa;

II – Animais de estimação: os de valor afetivo, passíveis de coabitar com o homem;

III – Animais soltos: todo e qualquer animal errante encontrado sem qualquer meio de contenção;

IV – Abrigos municipais de animais: dependência apropriada para alojamento e cuidados dos animais apreendidos e resgatados, para quarentena e para aguardo de adoção de animais saudáveis;

V – Animais agressores: aqueles causadores de danos físicos a pessoas e outros animais em logradouros públicos;

VI – Apreensão de animal: é o exercício do Poder de Polícia da Administração Pública em retirar da posse de tutor, curador ou criador animal que esteja em situação de vulnerabilidade e risco;

VII – Resgate de animal: é a captura de animais que estejam abandonados, propositalmente ou não, em logradouros públicos ou locais particulares;

VIII – Animal Comunitário: animal canino ou felino, que estabelece com a comunidade em que vive laços de afeto, de dependência e de manutenção, ainda que não possua responsável único e definido, podendo ser mantido no local em que se encontra sob a responsabilidade de tutores comunitários;

IX – Padrinho: pessoa jurídica que poderá custear alimentação, materiais de higiene, medicamentos, abrigo (casinhas), comedouros, bebedouros e o que for necessário para o objetivo desta lei, podendo ser autorizada a divulgação da sua marca junto a um ponto fixo de referência, obedecendo às especificações determinadas e previamente autorizadas a ser regulamentada por decreto.

## CAPÍTULO II DA GUARDA RESPONSÁVEL DOS TUTORES, CUIDADORES E CRIADORES

Art. 7º Define-se guarda responsável como o dever dos tutores, cuidadores e criadores em manter os animais domésticos em condições adequadas de alojamento, alimentação, saúde, higiene e bem-estar, bem como em garantir a identificação, a segurança destes, de terceiros ou outros animais e a destinação correta dos dejetos por eles produzidos.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

§ 1º Para os fins desta lei, tutor de animal doméstico é aquele que mantém sob sua responsabilidade, como ânimo de permanência, animais domésticos entre cães e gatos.

§ 2º Para os fins desta lei, cuidador de animal doméstico é aquele que abriga em caráter temporário ou permanente, sem fins lucrativos, mais 5 (cinco) indivíduos, entre cães e gatos, com o fim de acolhê-los, tratá-los e alimentá-los.

§ 3º Para os fins desta lei, criador é aquele que abriga em caráter temporário ou permanente, com fins lucrativos, animais de qualquer tipo.

§ 4º Para os fins desta Lei, entende-se por protetor de animal doméstico a pessoa natural ou a pessoa jurídica que, sem intuito lucrativo:

I – Se dedique às atividades em prol da defesa e da proteção dos animais, de forma beneficente e voluntária;

II – Realize atividades individuais ou comunitárias junto à população levando, orientação e informação sobre os benefícios dos cuidados necessários para os animais domésticos, tais como castração, assistência médico-veterinária, alimentação adequada, adoção e doação responsável, canais para encaminhamento de denúncia de maus tratos;

III – Se dedique a levar ao conhecimento da comunidade de Américo Brasileiro, informações sobre as leis vigentes referentes à adoção e guarda responsável para animais de pequeno, médio ou grande porte.

§ 5º São extensíveis aos protetores de animais domésticos todas as obrigações e deveres impostos pelo ordenamento jurídico municipal, ao tutor, ao cuidador ou ao criador de animais domésticos.

§ 6º São extensíveis aos protetores de animais domésticos todas as infrações tipificadas pelo ordenamento jurídico municipal, que tenham por sujeito ativo o tutor, o cuidador ou o criador de animais domésticos.

§ 7º É proibido praticar ato de abuso, falta de alimentação, maus-tratos, sacrifício, manutenção em condições humilhantes, ferir ou mutilar animais.

Art. 8º São considerados abusos e maus-tratos a animais:

I – Submetê-los a qualquer prática que cause ferimentos, sofrimento ou morte;

II – Mantê-los sem abrigo, em lugar impróprio, perigoso, insalubre ou que lhes impeçam movimentação e descanso, ou ainda onde fiquem privados de ar, luz solar, bem como



Folha	10
Proc.	453/2022
Resp.	MCB

5
---

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

alimentação adequada e água, assim como deixar de ministrar-lhes assistência veterinária por profissional habilitado, quando necessário;

III – Criá-los, mantê-los ou expô-los em recintos exíguos, insalubres ou impróprios, bem como transportá-los em veículos ou gaiolas inadequados ao seu bem-estar ou à segurança deles e de terceiros;

IV – Utilizá-los em rituais religiosos ou rinhas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;

V – Deixar de socorrê-los no caos de atropelamentos em vias públicas ou acidentes domésticos;

VI – Provocar-lhes a morte por envenenamento ou outros meios;

VII – Sacrificá-los;

VIII – Realizar experiências sem conhecimento de Conselhos de Ética reconhecidos pelo CONEP.

IX – Confinamento, acorrentamento ou alojamento inadequado.

§ 1º Mediante laudo técnico circunstanciado, outras práticas poderão ser enquadradas como maus-tratos ou abusos.

§ 2º Entende-se como confinamento, acorrentamento ou alojamento inadequado, qualquer meio de restrição à liberdade de locomoção dos animais domésticos.

§ 3º A restrição à liberdade de locomoção ocorrerá por qualquer meio de aprisionamento permanente ou rotineiro do animal a um objeto estacionário por períodos contínuos.

§ 4º Nos casos de impossibilidade temporária por falta de outro meio de contenção, o animal será preso a uma corrente do tipo "vaivém" com, no mínimo, 3 (três) metros de comprimento.

§ 5º A liberdade de locomoção do animal deverá ser oferecida de modo a não causar quaisquer ferimentos, dores ou angústias, observando-se:

I – A corrente utilizada não poderá pesar mais de 10% (dez) por cento do peso do animal;

II – Ficará vedado o uso de cadeado para fechamento da coleira.

§ 6º É proibido o confinamento de animais em alojamentos ou locais que não respeitem as condições adequadas ao bem-estar do animal, observando-se:

I – Dimensões apropriadas às espécies, necessidade e tamanho do animal;

II - Espaço suficiente para ampla movimentação;





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

III – Incidência de sol, luz, sombra e ventilação;

IV – Fornecimento de alimento e água limpa, além de contínuo atendimento de suas necessidades, incluindo atendimento veterinário;

VI – Asseio e conservação de higiene do alojamento e do próprio animal.

§ 7º Os animais encontrados nas condições anteriormente previstas de confinamento, acorrentamento ou alojamento inadequado devem ser resgatados e encaminhados para adoção.

§ 8º O descumprimento ao disposto neste artigo constitui infração gravíssima, acrescida de 100% (cem por cento) a cada reincidência.

Art. 9º Todo animal, ao ser conduzido em vias e logradouros públicos, deve obrigatoriamente usar coleira e guia adequadas aos seu tamanho e porte, assim como deve ser conduzido por pessoas com idade e força suficiente para controlar os movimentos do animal.

§ 1º Cães de raças reconhecidamente bravias, a exemplo de Dobermann, Bull terrier, Fila-brasileiro, Pit Bull, Rottweiler e outros, bem como quaisquer animais que apresentem comportamento agressivo, independente de tamanho ou raça, devem ser conduzidos com focinheira, além de coleira e guia.

§ 2º O condutor de animais em via pública fica obrigado a recolher os dejetos fecais.

§ 3º Todo o tutor, protetor, cuidador ou criador de animal é obrigado a vacinar seu cão ou gato contra a raiva, observando o período recomendado pelo veterinário responsável.

§ 4º O tutor ou responsável pela guarda de um animal não poderá impedir o acesso de agente do Centro de Triagem Animal no exercício de suas funções, às dependências do alojamento do animal, sempre que necessário, bem como acatar as suas determinações legais.

§ 5º Os cães-guia para deficientes visuais terão livre acesso a qualquer estabelecimento, bem como a meios de transporte público e coletivo.

§ 6º No imóvel onde permanecer animal bravo, deverá ser afixada placa com os dizeres “CUIDADO-CÃO BRAVO”, com tamanho compatível à leitura à distância e em local visível ao público.

Art. 10. É proibido abandonar animais em quaisquer circunstâncias e lugares.

Parágrafo único. O animal resgatado em virtude de abandono, proposital ou não, deverá ser retirado no prazo máximo de 10 (dez) dias, devendo o tutor, protetor, cuidador ou criador arcar com as despesas correspondentes ao abrigo do animal, as quais poderão ser



Folha	12
Proc.	453/2022
Resp.	RUCB

7

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE**

substituídas, exclusivamente na hipótese deste artigo, por pena de advertência, em se tratando de tutor, cuidador ou criador primários na prática de tal infração.

Art. 11. Serão recolhidos, em lugar próprio da Municipalidade, os animais abandonados ou sob guarda de tutor, protetor, cuidador ou criador, que:

I – Apresentem sinais de doença manifesta ou portadores de enfermidades espécies específicas e não estejam recebendo tratamento e acompanhamento veterinário pelo responsável pelo animal;

II – Animais abandonados, sem tutor, e que sejam agressivos em relação a pessoas ou animais, sem que haja provocação, desde que comprovada pela fiscalização;

III – Apresentem sinais de sofrimento, como fraturas, hemorragias, impossibilidade de locomoção, mutilação, feridas extensas, profundas e prolapsos, entre outros.

IV – Estejam envolvidos em situações de risco, como rinhas, acidentes de trânsito, atropelamentos ou sejam vítimas de maus tratos.

V – Animais fêmeas abandonadas ou errantes que estejam no período de cio.

### **CAPÍTULO III**

#### **RESGATE, APREENSÃO E DESTINAÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS**

Art. 12. O Centro de Triagem Animal poderá receber denúncias de animais abandonados, animais vítimas de maus-tratos ou animais em situação de perigo para si ou terceiros, sendo que as denúncias poderão resultar em:

I – Orientação telefônica;

II – Fiscalização in loco;

III – Apreensão;

IV – Resgate.

Art. 13. O Centro de Triagem Animal determinará fiscalização preventiva, que poderá resultar em apreensão ou resgate animal.

Art. 14. Os animais apreendidos ou resgatados passarão por triagem realizada pelo CTA, a qual classificará os animais em:

I – Condenados, quando diagnosticada doença infecto contagiosa incurável que coloque em risco a saúde pública ou quando diagnosticada situação de sofrimento extremo irreversível;

II – Suspeitos de doenças infecto contagiosas;

III – Aparentemente sem doenças infecto contagiosas.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Art. 15. Os animais apreendidos ou resgatados serão:

I – Encaminhados à eutanásia, de responsabilidade do CTA, após emissão de laudo do veterinário, precedido de exames comprobatórios da enfermidade;

II – Encaminhado à quarentena, de responsabilidade do CTA, onde ficarão por 10 (dez) dias recebendo tratamento adequado;

III – Encaminhados às entidades conveniadas, onde receberão tratamento adequado;

§ 1º Os animais resgatados estarão à disponibilidade de recuperação por seus tutores, protetores, cuidadores ou criadores, sem prejuízo do pagamento das multas ou preços públicos estabelecidos nesta lei.

§ 2º Fica o Município autorizado a firmar parcerias e ou convênio com entidades para cuidados, abrigo e tratamento de animais, especialmente quando tratar-se de animais de grande porte.

§ 3º Se o animal resgatado estiver registrado, o tutor, protetor, o cuidador ou o criador será notificado para retirá-lo, observadas as penalidades e pagamentos determinados.

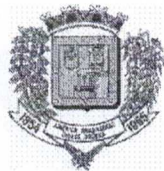
§ 4º Os animais apreendidos ou resgatados sem identificação serão registrados eletronicamente, podendo o CTA cobrar, salvo a hipótese de isenção da taxa de registro do tutor ou cuidador que o venha retirar.

§ 5º Deverá o tutor, cuidador ou o criador providenciar a retirada do animal no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, em se tratando de animal de grande porte, ou de 5 (cinco) dias, nos demais casos; transcorrido o prazo para retirada sem qualquer manifestação, o animal será encaminhado à adoção, após ser esterilizado e declarado saudável.

§ 6º Os animais domésticos apreendidos ou resgatados, vítimas de maus tratos, não poderão ser devolvidos aos responsáveis por sua guarda que, comprovadamente, maltrata-os, ou concorreu para a prática do ato de maus tratos, e serão, após esterilizados e declarados saudáveis, encaminhados à adoção.

§ 7º O responsável, bem como toda pessoa que, comprovadamente, praticar ato de maus-tratos, ou concorrer para a sua prática, contra animais domésticos que estejam sob sua guarda ou de outrem, fica proibido de tê-los sob sua guarda, inclusive adotá-los, pelo período de 5 (cinco) anos, a contar da data da infração.

Art. 16. A retirada de animal resgatado será feita mediante pagamento de diária de ½ (meia) UFM na primeira apreensão, 02 (duas) UFM's na segunda, acrescida progressivamente de 100% (cem por cento) a partir da terceira apreensão.



Folha	14
Proc.	453/2021
Resp.	MU/3

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Art. 17. Os animais que forem apreendidos, recolhidos ou resgatados, em conformidade com esta lei serão mantidos em recintos higienizados, com proteção contra intempéries naturais, cuidados médicos e alimentação adequada.

§ 1º Os cuidados médicos veterinários serão prestados pelo Município ou por entidade conveniada.

§ 2º Fica o Município autorizado a instituir, mediante decreto, preço público para custear as despesas relativas ao abrigo, cuidados médicos veterinários ou alimentação adequada de que trata este artigo, o qual será cobrado do tutor, do cuidador ou do criador do respectivo animal apreendido recolhido ou resgatado.

Art. 18. A entrega de um animal resgatado e não registrado, somente será feita a quem o reclame após averiguação de indícios da alegada guarda.

Parágrafo único. Os indícios de que trata o “caput” deste artigo podem ser objetivos, como fotos do animal, ou subjetivos, como comportamento afetuoso do animal para com quem o reclame, sendo possível, se necessário, fiscalização.

Art. 19. Fica proibida a eliminação de animais domésticos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres.

Parágrafo único. É permitida a eutanásia como prática excepcional, nos casos de condenação constatados na triagem, devidamente justificados por laudo do responsável técnico pela decisão e desde que o procedimento tenha sido acompanhado por, ao menos, uma entidade conveniada.

Art. 20. O animal com histórico de agressividade injustificada e comprovada por laudo médico será inserido, após esterilizado e declarado saudável, em programa especial de adoção de critérios diferenciados, prevendo assinatura de termo de conhecimento do fato e termo de compromisso pelo qual o adotante se obrigará a cumprir o estabelecido em legislação específica para cães bravios, a manter o animal em local seguro e em condições favoráveis de ressocialização.

Art. 21. Para efetivação do programa de adoção, o Poder Público poderá viabilizar as seguintes medidas:

I – A destinação de local para manutenção e exposição dos animais disponibilizados para adoção, que será aberto à visitação pública, onde os animais serão separados conforme critério de competição física, de idade, sexo e temperamento;





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

II – Campanhas de conscientização do público sobre a necessidade de esterilização, identificação eletrônica, vacinação periódica e guarda responsável, assim como divulgação de que abandono, maus-tratos e abusos de animais configuram crime ambiental, punidos por legislação própria, além das penalidades estabelecidas por esta lei;

III – Orientação técnica aos adotantes e ao público em geral para os princípios da tutela responsável de animais, visando atender às suas necessidades físicas, psicológicas e ambientais.

Art. 22. Fica o Centro de Triagem Animal obrigado a adotar o protocolo de captura, esterilização, chipagem e devolução, tendo por objetivo o controle populacional de cães e gatos sem tutores conhecidos no município de Américo Brasileiro.

§ 1º O cadastro de cada animal conterá os seguintes dados:

- I – Número do microchip aplicado no animal;
- II – Data do Registro;
- III – Dados do animal: nome do animal, porte, sexo, raça, cor, idade real ou presumida, e se castrado, a data da castração;
- IV – Data da última vacinação contra raiva;
- V – Dados do tutor, nome completo, número do R.G., C.P.F., data de nascimento, endereço completo, telefone e e-mail de contato;

§ 2º O Protocolo de captura, esterilização e devolução (CECD), deverá ser:

- I – Implementado, também, por instituições não governamentais e ainda por protetores independentes;
- II – Executado sobre espécimes de cães e gatos cujos tutores sejam pessoas em situação de rua.

§ 3º Para fins da execução do Protocolo CECD, a captura dos animais deverá ser realizada sem sofrimento e de forma a gerar o mínimo de estresse possível no animal.

§ 4º Todo animal submetido ao Protocolo CECD deverá ser identificado mediante marca no interior da orelha, na cor vermelha, devendo a identificação ser feita de forma minimamente invasiva, durante a cirurgia de esterilização ou com o animal anestesiado.

§ 5º O pós-cirúrgico do animal submetido ao Protocolo CECD ficará a cargo da entidade que iniciou e executou referido protocolo, sendo que os animais serão devolvidos ao seu local de origem após a plena recuperação.

### CAPÍTULO IV DA PRÁTICA DE MAUS TRATOS



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Art. 23. Fica proibida a prática de maus-tratos e crueldade contra animais no âmbito do Município de Américo Brasileiro.

Art. 24. Define-se como maus-tratos e crueldade contra animais, as ações diretas ou indiretas capazes de provocar privação das necessidades básicas, sofrimento físico, medo, estresse, angústia, patologias ou morte ao animal.

§ 1º São ações diretas e indiretas, aquelas que maltratam e provoquem os estados descritos no *caput* deste artigo, tais como:

I- abandono em vias públicas, em imóveis residenciais fechados ou inabitados e em terrenos baldios;

II- agressões diretas ou indiretas de qualquer tipo: espancamento, lapidação, com uso de instrumentos cortantes, instrumentos contundentes, substâncias químicas, fogo, substâncias escaldantes, substâncias tóxicas e/ou similares;

III- privação de alimento ou de alimentação adequada à espécie, bem como de atendimento médico veterinário quando necessário;

IV- confinamento inadequado à espécie animal, privando-o de expressar comportamentos naturais como deitar, levantar e andar;

V- sofrimento físico e estresse mental aos animais em decorrência de:

a) conduzi-los amarrados à traseira de veículos motorizados, motocicletas, bicicletas, carroças, charretes, ou transportá-los de forma anormal;

b) utilizá-los para o transporte de cargas ou passageiros com peso superior à sua força;

c) marcá-los a fogo;

d) obrigá-los a trabalhar doentes, feridos, extenuados ou enfraquecidos;

e) fazê-los trabalhar sem parada para descanso, ingestão de água e alimentos;

f) castigá-los ao cair, atrelados ou não a veículo, fazendo-os levantar a custo de sofrimento;

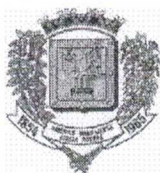
g) amarrá-los em cordas ou correntes.

VI- outros atos praticados que, mesmo não especificados nesta lei, possam acarretar sofrimento aos animais.

§ 2º A prática dos atos tipificados nos incisos I, II e V caracterizam-se como de natureza grave para fins de aplicação das penalidades previstas nesta Lei.

Art. 25. A configuração da prática de maus-tratos e crueldade a animais, depende da emissão de laudo técnico por profissional de Medicina Veterinária para a sua comprovação, o qual poderá ter como base elementos obtidos em vistorias, relatos de testemunhas, denúncias e boletim de ocorrência policial.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Art. 26. Compete ao Departamento de Saúde, através do CTA – Centro de Triagem Animal, a apuração das práticas de maus-tratos e crueldade a animais.

Art. 27. A atuação do Poder Público estará condicionada à apresentação de denúncia formal ou quando ocorrer situação de flagrante.

§ 1º Sendo formalmente apresentada a denúncia, devidamente acompanhada de identificação do infrator, endereço da ocorrência e provas documentais e/ou testemunhais, dar-se-á intervenção imediata do médico veterinário para emissão do laudo técnico.

§ 2º Em caso de denúncia informal ou anônima, far-se-á investigação preliminar para emissão de laudo técnico.

Art. 28. Configurada a necessidade de retirada do animal prejudicado e havendo impedimento por parte dos seus proprietários, o CTA – Centro de Triagem Animal poderá encaminhar o procedimento ao Departamento de Negócios Jurídicos para as providências pertinentes.

### CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 29. Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de guarda, proteção e recuperação de animais é considerada, no âmbito desta lei, infração administrativa e será punida com as sanções previstas, sem prejuízo da aplicação de legislação federal ou estadual e respectivas penalidades, inclusive criminais.

Parágrafo único. Sem prejuízo da responsabilização civil e penal, aos infratores da presente Lei serão aplicadas, alternativa ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I- advertência por escrito, na primeira infração de natureza leve, esclarecendo que, em caso de reincidência, será cobrada multa;

II- multa no valor de 5 (cinco) UFM's (Unidade Fiscal do Município), nos casos de:

- a) reincidência na prática de infração de natureza leve, dobrada a cada reincidência;
- b) infração de natureza grave.

III- apreensão do(s) animal(is);

IV- interdição parcial ou total do estabelecimento, seções, dependências e veículos;

V- proibição de propaganda;

VI- cassação de Alvará de Funcionamento.



Folha	18
Proc.	453/2022
Resp.	RM03

13

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Art. 30. Se o infrator cometer simultaneamente duas ou mais infrações ser-lhe-ão aplicadas cumulativamente as sanções a elas cominadas.

Art. 31. Para aplicação da pena de multa, será lavrado o competente auto de infração, devendo o infrator ser notificado sobre a aplicação da multa.

Parágrafo Único – A notificação de que trata o caput deverá ser procedida:

- I. pessoalmente;
- II. pelo correio, com Aviso de Recebimento;
- III. por edital, se estiver em um local incerto, não sabido, ou pela dificuldade em ser encontrado.

Art. 32. Fica assegurado aos infratores penalizados nos termos do artigo 31, o direito de recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§1º Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a ciência da infração.

§2º Considerar-se-á prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou dia que:

- I. for determinado o fechamento da Prefeitura Municipal;
- II. o expediente da Prefeitura Municipal foi encerrado antes do horário normal.

Art. 33. Julgando-se legítima a aplicação da multa, será concedido ao responsável um prazo não superior a 30 (trinta) dias para pagamento.

Art. 34. Após a lavratura do auto de infração, para aplicação de qualquer das penalidades previstas no artigo 29, será instaurado processo administrativo, a ser autuado pela CTA, onde tramitará até sua decisão final.

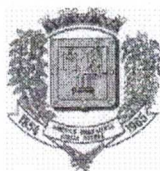
Art. 35. Finalizado o processo administrativo, a cópia integral dos autos será remetida ao Setor Fiscal do Município de Américo Brasileiro para adoção das medidas cabíveis.

§ 1º Caberá ao Setor Fiscal requisitar ao setor responsável o lançamento do crédito não-tributário, que deverá ser realizado no prazo não superior a 15 (quinze) dias.

§ 2º Aperfeiçoada a constituição do crédito não-tributário, caberá ao setor responsável proceder a inscrição em dívida ativa do montante no cadastro mobiliário do contribuinte e/ou responsável, observando-se os prazos preconizados em lei.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

§ 3º Consolidado o crédito não-tributário em dívida ativa do Município, ao setor responsável compete proceder o ajuizamento da Ação de Execução Fiscal no prazo legal, sem prejuízo de outras providências previstas na legislação.

### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. Os valores recolhidos em função das multas previstas nesta Lei serão revertidos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, em rubrica específica para ações de acolhimento, tratamento e programas de adoção e conscientização de animais.

§1º Os valores arrecadados poderão ser revertidos para entidades conveniadas, para fins de atendimento do disposto no “caput”

Art. 37. O tutor, o cuidador ou o criador autuado e multado que se mantiver inadimplente será inscrito em dívida ativa.

Parágrafo único. Serão igualmente inscritos em dívida ativa os valores correspondentes ao preço público de que trata esta lei que, devidamente cobrados, não forem pagos até o seu vencimento pelo tutor, pelo cuidador ou pelo criador do respectivo animal apreendido, recolhido ou resgatado.

Art. 38. As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 39. Revogam-se as disposições em contrário e de modo especial a Lei Municipal nº 1301, de 21 de agosto de 2010.

Art. 40. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palacete “Benedicto Nicolau de Marino”, aos 05 (cinco) dias do mês de maio de 2022 (dois mil e vinte e dois).

**DIRCEU BRÁS PANO**  
Prefeito Municipal

**LIDO**  
Em 16 / 05 / 2022  
Encaminhe-se para as comissões competentes  
**PRESIDENTE**

Aprovado em minuta discussão  
Em 16 / 05 / 2022  
  
Presidente



## Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022 | Aguarda Protocolo | 10/05/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

### Tramitação

#### Data Tramitação

10/05/2022

#### Unidade Local

Prefeitura Municipal de Américo Brasileiro - PMAB

#### Unidade Destino

Secretaria Administrativa - SEC

#### Data Encaminhamento

#### Data Fim Prazo

#### Status

Aguarda Protocolo

#### Turno

#### Urgente ?

Não

#### Texto da Ação

Folha	20
Proc.	453/2022
Resp.	PMAB

#### Usuário

[Raquel](#)

#### IP

201.33.203.252

#### Data e Hora da Edição

12 de Maio de 2022 às 08:44



**EM BRANCO**



## Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022 | Proposição Protocolada | 10/05/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

### Tramitação

#### Data Tramitação

10/05/2022

#### Unidade Local

Secretaria Administrativa - SEC

#### Unidade Destino

Procuradoria Jurídica - PJ

#### Data Encaminhamento

#### Data Fim Prazo

#### Status

Proposição Protocolada

#### Turno

#### Urgente ?

Não

Folha	21
Proc.	453/2022
Resp.	MUG

#### Texto da Ação

#### Usuário

[Raquel](#)

#### IP

201.33.203.252

#### Data e Hora da Edição

12 de Maio de 2022 às 08:44

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e  
aberto. Release: 3.1.162

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#)  
4.0  
[Atribuir Fonte - Compartilhar Igual](#)

Câmara Municipal de Américo Brasileiro

Rua Manoel Borba, 298 - Centro

CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134

[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)





**EM BRANCO**



## Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022 | Segue para tramitações | 11/05/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

### Tramitação

#### Data Tramitação

11/05/2022

#### Unidade Local

Procuradoria Jurídica - PJ

#### Unidade Destino

Assessoria Legislativa - AL

#### Data Encaminhamento

#### Data Fim Prazo

#### Status

Segue para tramitações

#### Turno

#### Urgente ?

Não

#### Texto da Ação

Folha	22
Proc.	453/2022
Resp.	WCB

#### Usuário

[Raquel](#)

#### IP

201.33.203.252

#### Data e Hora da Edição

12 de Maio de 2022 às 08:47

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.162

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#) 4.0

[Atribuir Fonte](#) - [Compartilhar Igual](#)

Câmara Municipal de Américo Brasileiro

Rua Manoel Borba, 298 - Centro

CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134

[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)





**EM BRANCO**



**Câmara**  
**Américo**  
**Brasiliense**

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

## PL 031Parecer CJLR

1 mensagem

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

12 de maio de 2022 08:42

Para: marly.pavao@ig.com.br, marly pavão <marly.pavao@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, maiconrios maiconrios <maiconrios@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, maiconrios.direito@gmail.com, Leandro Mancha <leandromancha@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, leandromorales821@gmail.com

Cc: procuradoria juridico <procuradoria@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

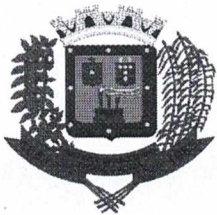
Ilmos. Srs. Vereadores, membros da CJLR.

Encaminho em anexo o Projeto de Lei nº 031/2022, que Institui a Política Municipal de Proteção e Gestão Animal do Município de Américo Brasiliense e dá outras providências., para elaboração de parecer. Projeto de tramitação

Ordinária: Prazo 02/06.

At.te

--



**Tereza Raquel Cardoso de Brito**  
**Assistente Legislativo**

T: (16) 3392-1134 - ramal 23

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

R. Manoel Borba, 298 - Centro - Américo Brasiliense/SP

[www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br](http://www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br)

Folha	23
Proc.	453/2022
Resp.	INCO

### 2 anexos



of\_177\_2022\_assinado\_PL\_.pdf

216K



Projeto\_de\_Lei\_de\_Protecao\_aos\_animais.pdf

153K



6107
3015
7001

**EM BRANCO**



**Câmara  
Américo  
Brasiliense**

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

## PL 031Parecer CFO

1 mensagem

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

12 de maio de 2022 08:42

Para: maiconrios.direito@gmail.com, maiconrios maiconrios <maiconrios@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, Diego Viveiros <diegoviveiros@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, Leandro Mancha <leandromancha@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>, leandromorales821@gmail.com  
Cc: procuradoria juridico <procuradoria@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

Ilmos. Srs. Vereadores, membros da CFO,  
Encaminho em anexo o Projeto de Lei nº 031/2022, que Institui a Política Municipal de Proteção e Gestão Animal do Município de Américo Brasiliense e dá outras providências., para elaboração de parecer. Projeto de tramitação

Ordinária: Prazo 02/06.

At.te

--



**Tereza Raquel Cardoso de Brito**  
**Assistente Legislativo**

T: (16) 3392-1134 - ramal 23

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

R. Manoel Borba, 298 - Centro - Américo Brasiliense/SP

[www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br](http://www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br)

Folha	24
Proc.	453/2022
Resp.	RJ08

EM BRANCO

### 2 anexos



of\_177\_2022\_assinado\_PL\_.pdf  
216K



Projeto\_de\_Lei\_de\_Protecao\_aos\_animais.pdf  
153K



Nome	_____
Endereço	_____
Cidade	_____
Estado	_____
CEP	_____

**EM BRANCO**



## Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022 | Aguardando emissão de parecer da comissão | 12/05/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

### Tramitação

#### Data Tramitação

12/05/2022

#### Unidade Local

Assessoria Legislativa - AL

#### Unidade Destino

CP - Comissões Permanentes

#### Data Encaminhamento

#### Data Fim Prazo

#### Status

Aguardando emissão de parecer da comissão

#### Turno

#### Urgente ?

Não

#### Texto da Ação

Enviado para CJLR e CFO

#### Usuário

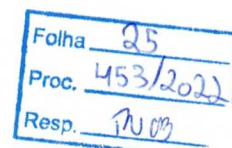
[Raquel](#)

#### IP

201.33.203.252

#### Data e Hora da Edição

12 de Maio de 2022 às 08:47



Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.162

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#) 4.0

[Atribuir Fonte](#) - [Compartilhar Igual](#)

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

Rua Manoel Borba, 298 - Centro

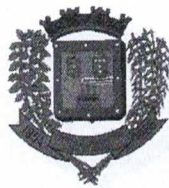
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134

[Quem Somos](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)



_____	_____
_____	_____
_____	_____

**EM BRANCO**



## **Câmara Municipal de Américo Brasiliense**

**COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO**

**PARECER Nº 045/2022**

**Projeto de Lei nº 031/2022**

Folha	26
Proc.	453/2022
Resp.	10/06

Por intermédio do ofício número 177/2022, da Prefeitura Municipal de Américo Brasiliense, encaminha-se para apreciação o Projeto de Lei que **institui a Política Municipal de Proteção e Gestão Animal do Município de Américo Brasiliense e dá outras providências.**

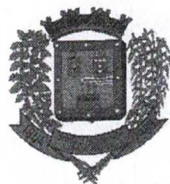
### **I - Preliminarmente:**

- 1) Propositura formalmente em ordem, atendendo às normas regimentais vigentes e não requerendo tramitação em regime de URGÊNCIA, devendo tramitar, portanto, em **regime ORDINÁRIO**, nos termos do art. 140, inciso III, do Regimento Interno desta Casa de Leis;
- 2) Por se tratar de **lei ordinária**, em regra, sua aprovação dependeria de “quórum” de **maioria simples** dos membros deste Legislativo (Art. 44, da LOMAB);
- 3) A propositura veio à análise desta Comissão a fim de ser apreciada quanto a seus aspectos constitucional, legal e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, conforme previsto no artigo 54, do Regimento Interno.

### **II - No mérito:**

- 1) Considerando que esta Comissão manifesta-se pela **legalidade** e **constitucionalidade** da propositura, observamos junto a Procuradoria Jurídica, que, analisando-se apenas e tão somente as documentações acostadas ao processo legislativo, não há descumprimento da Constituição Federal ou mesmo da legislação infraconstitucional, vez que **o referido projeto de lei visa instituir a Política Municipal de Proteção e Gestão Animal no âmbito do Município de Américo Brasiliense, estabelecendo medidas destinadas à Proteção e Bem-Estar Animal, Posse Responsável e Controle de Natalidade de cães e gatos no Município de Américo Brasiliense, tendo suas ações relativas à Política Municipal de Proteção aos Animais planejadas, coordenadas e desenvolvidas pelo Centro de Triagem Animal (CTA)**, cabendo aos N. Edis avaliar o tema, bem como a presença de interesse público na proposta, sendo que, como já ressaltado, do ponto de vista jurídico, não há qualquer óbice.





Folha	27
Proc.	453/2022
Resp.	MSB

## Câmara Municipal de Américo Brasiliense

### III – Conclusão:

1) Desta forma, não havendo óbices de ordem jurídico-constitucionais, esta Comissão opina pela **legalidade** e **constitucionalidade** do referido Projeto de Lei, vez que não contém qualquer vício em sua redação ou burla a legalidade, devendo seguir em sua regular tramitação, ficando a acolhida ou não do mérito do projeto a critério do D. Plenário.

2) Ademais, considerando que ao ver dessa Comissão há pertinência temática para que a Comissão de Finanças e Orçamento analise o presente projeto de lei, sugere-se sua remessa a referida Comissão que deverá analisar a pertinência ou não de emissão de parecer.

Sala de Reuniões das Comissões “Carlos Abi-Jandi”, 16 de maio de 2022.

Presidente: Marly Luzia Held Pavão

Relator: Maicon Rios de Souza

Membro: Leandro Henrique Moralles



## **Câmara Municipal de Américo Brasileiro**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PARECER Nº 045/2022**

**Projeto de Lei nº 031/2022**

Folha	28
Proc.	453/2022
Resp.	RCS

De iniciativa da Prefeitura do Município de Américo Brasileiro, o Projeto de Lei nº 045/2022 **institui a Política Municipal de Proteção e Gestão Animal do Município de Américo Brasileiro e dá outras providências.**

A matéria foi apreciada em consonância com as competências atribuídas a esta Comissão pelo Artigo nº 55 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Américo Brasileiro (Resolução nº 02, de 15 de dezembro de 2020).

Considera-se que o referido projeto de lei visa **instituir a Política Municipal de Proteção e Gestão Animal no âmbito do Município de Américo Brasileiro, estabelecendo medidas destinadas à Proteção e Bem-Estar Animal, Posse Responsável e Controle de Natalidade de cães e gatos no Município de Américo Brasileiro, tendo suas ações relativas à Política Municipal de Proteção aos Animais planejadas, coordenadas e desenvolvidas pelo Centro de Triagem Animal (CTA).**

Estando consignado na norma que as despesas com a execução desta lei correrão pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, a Comissão de Finanças e Orçamento entende **não haver qualquer óbice de natureza financeira ou orçamentária** para a tramitação da matéria.

No Mérito, sua acolhida ou não, fica a critério do Douto Plenário.

Sala de Reuniões das Comissões "Carlos Abi-Jaudi", 16 de maio de 2022.

Presidente: Maicon Rios de Souza \_\_\_\_\_

Relator: Diego Rodrigues de Souza \_\_\_\_\_

Membro: Leandro Henrique Moralles \_\_\_\_\_




**EM BRANCO**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

LEI Nº 027/2001 (antiga Lei 1.301)

De 21 de agosto de 2001

Folha	29
Proc.	453/2022
Resp.	AVB

“Dispõe sobre o desenvolvimento de ações que objetivam o controle das populações animais, a prevenção e o controle das zoonoses no Município e dá outras providências.”

**CLEIDE APARECIDA BERTI GINATO**, Prefeita do Município de Américo Brasiliense, Estado de São Paulo, de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal, em sessão Ordinária realizada no dia 16 de julho do corrente ano, sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O desenvolvimento de ações objetivando o controle das populações animais, bem como a prevenção e o controle das zoonoses no Município de Américo Brasiliense, passam a ser regulados pela presente lei.

**Art. 2º.** Fica o Centro Municipal de Controle de Zoonoses do Departamento Municipal de Saúde, como responsável, no âmbito municipal, pela execução das ações mencionadas no artigo anterior, sendo os respectivos funcionários incluídos na Equipe Técnica de Vigilância em Saúde da Prefeitura Municipal de Américo Brasiliense para efeitos de fiscalização.

**Art. 3º.** Para efeito desta lei, entende-se por:

I - ZOOSE: infecção ou doença infecciosa transmissível naturalmente entre animais vertebrados e o homem e vice-versa;

II - ÓRGÃO SANITÁRIO RESPONSÁVEL: o Centro Municipal de Controle de Zoonoses do Departamento Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Américo Brasiliense;

III - ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO: os de valor afetivo, passíveis de coabitar com o homem;

IV - ANIMAIS DE USO ECONÔMICO: as espécies domésticas, criadas, utilizadas ou destinadas à produção econômica;

V - ANIMAIS SOLTOS: todo e qualquer animal errante encontrado sem qualquer processo de contenção;

VI - ANIMAIS APREENHIDOS: todo e qualquer animal capturado por servidores do Centro Municipal de Controle de Zoonoses do Departamento Municipal de Saúde, compreendendo desde o instante da captura, seu transporte, alojamento nas dependências dos depósitos municipais de animais e destinação final;

4.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Folha	30
Proc.	453/2022
Resp.	16/03

VII - DEPÓSITOS MUNICIPAIS DE ANIMAIS: as dependências apropriadas do Centro Municipal de Controle de Zoonoses para alojamento de materiais e dos animais apreendidos;

VIII - CÃES MORDEDORES VICIADOS: os causadores de mordeduras à pessoas ou outros animais, em logradouros públicos, de forma repetida;

IX - MAUS TRATOS: toda e qualquer ação voltada contra os animais que implique em crueldade, especialmente por ausência da alimentação mínima necessária, excesso de peso de carga, tortura, uso de animais feridos, submissão a experiência pseudocientífica, não dar morte rápida, livre de sofrimentos prolongados, a todo animal cujo extermínio seja necessário para consumo ou não, além do disposto no Decreto Federal 24.645, de 10.06.34;

X - CONDIÇÕES INADEQUADAS: a manutenção de animais em contato direto ou indireto com outros animais portadores de doenças infecciosas ou zoonoses, ou ainda, em alojamento de dimensões inapropriadas à sua espécie e porte;

XI - ANIMAIS SELVAGENS: todos os pertencentes às espécies não domésticas;

XII - FAUNA EXÓTICA: animais de espécies estrangeiras;

XIII - ANIMAIS UNGULADOS: os mamíferos com os dedos revestidos de cascos.

**Art. 4º** - Constituem objetivos básicos das ações de prevenção e controle de zoonoses:

I - Prevenir, reduzir e eliminar a morbidez e a mortalidade, bem como os sofrimentos humanos causados pelas zoonoses urbanas prevalentes;

II - Preservar a saúde da população, mediante o emprego dos conhecimentos especializados e experiência da saúde pública veterinária.

**Art. 5º** - Constituem objetivos básicos das ações de controle das populações animais:

I - Prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento aos animais;

II - Preservar a saúde e o bem-estar da população humana, evitando-lhe danos ou incômodos causadas por animais.

### DA APREENSÃO DOS ANIMAIS

**Art. 6º** - É proibida a permanência de animais soltos nas vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público.

4





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Folha	31
Proc.	453/2022
Resp.	PAB

**Art. 7º** - É proibido o passeio de cães nas vias e logradouros públicos, exceto se estiverem portando adequadamente coleira e guia, e conduzidos por pessoas com idade e força suficientes para controlar os movimentos do animal.

**Parágrafo Único** - Os cães mordedores e bravios somente poderão sair às ruas devidamente amordaçados.

**Art. 8º** - Serão apreendidos pelo Centro Municipal de Zoonoses, qualquer animal que:

I - for encontrado solto nas vias e logradouros públicos ou locais públicos de livre acesso;

II - apresentar suspeita de raiva ou outra zoonose;

III - estiver sendo criado ou utilizado de forma vedada por esta lei.

§ 1º - No caso de apreensão de animais de grande porte, o Centro de Controle de Zoonoses do Município deverá elaborar o respectivo TERMO DE APREENSÃO DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE, cujo modelo consta do ANEXO I da presente Lei.

§ 2º - Os animais apreendidos por força do disposto neste artigo somente poderão ser resgatados mediante constatação da eliminação das causas ensejadoras da apreensão, pelo Centro de Zoonoses, após lavratura de Boletim de Soltura, devendo o interessado assinar o respectivo TERMO DE RESPONSABILIDADE, cujo Modelo consta do ANEXO II integrante da presente Lei.

**Art. 9º** - Serão encaminhados para a Associação de Proteção aos Animais, casos manifestos de:

I - maus tratos impingidos ao animal por seu proprietário ou preposto deste;

II - manutenção de animais em condições inadequadas de vida ou alojamento.

**Art. 10** - O animal cuja apreensão for impraticável devido ao seu estado clínico, poderá, a juízo do Centro de Zoonoses, ser sacrificado *in loco*.

**Art. 11** - A Prefeitura do Município de Américo Brasiliense não responderá por indenização nos casos de:

4.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Folha	32
Proc.	453/2022
Resp.	MB

I - dano ou óbito do animal apreendido;

II - eventuais danos materiais ou pessoais causados pelo animal durante o ato de apreensão.

Parágrafo Único - Caso seja necessário, em face do número ou espécie, algum recurso de que a Prefeitura Municipal não disponha para encaminhar o animal até o Centro de Controle de Zoonoses, o proprietário arcará também com essa despesa.

**Art. 12** - Os animais errantes, sem dono, serão capturados, e, se não procurados dentro de 3 (três) dias pelos seus responsáveis, caberá ao Centro de Zoonoses dar-lhe destino.

### DA DESTINAÇÃO DOS ANIMAIS APREENDIDOS

**Art. 13** - Os animais apreendidos poderão sofrer as seguintes destinações, a critério da autoridade sanitária responsável:

I - resgate;

II - adoção;

III - doação (a critério do Centro Municipal de Controle de Zoonoses e Associação local de Proteção dos animais)

IV - sacrifício, observado o disposto no inc. IX do art. 3º desta lei.

### DA RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO DE ANIMAIS

**Art. 14** - Os atos danosos cometidos pelos animais são de inteira responsabilidade de seus proprietários.

**Art. 15** - É de responsabilidade dos proprietários a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem estar, bem como as providências pertinentes à remoção dos dejetos por eles deixados nas vias públicas.

**Art. 16** - É proibido abandonar animais em qualquer área pública ou privada, cabendo ao Centro de Zoonoses dar destinação aos animais, enviando-os aos locais apropriados mantidos pelo Município.

**Art. 17** - A manutenção de animais em edifícios condominiais será regulamentada pelas respectivas convenções.

5.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Folha	33
Proc.	453/2022
Resp.	1003

**Art. 18.** Os animais da espécie canina deverão ser anualmente registrados, conforme o disposto no Decreto nº 19.483, de 17.02.84, e demais disposições correlatas.

**Parágrafo Único** - O disposto neste artigo aplica-se também aos equídeos.

**Art. 19.** Todo proprietário de cão ou gato é obrigado a manter seu animal permanentemente imunizado contra a raiva.

**Art. 20.** Em caso de falecimento do animal, cabe ao proprietário a disposição adequada do cadáver ou seu encaminhamento ao serviço municipal competente.

DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 21.** É proibida a criação e manutenção de animais das espécies suínos, eqüinos, bovinos, caprinos, ovinos, muares e galináceos em zona urbana, exceto nos terrenos com área superior a 2.000(dois mil) metros quadrados, observadas sempre as condições sanitárias pertinentes..

**Parágrafo Único** – Para que os proprietários possam atender a determinação contida neste artigo, fica concedido um prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da data da publicação desta Lei, para que procedam a retirada dos animais da zona urbana do Município.

**Art. 22.** São vedadas no Município, salvo as exceções estabelecidas nesta lei e situações excepcionais, a juízo do órgão sanitário responsável, a criação, a manutenção e o alojamento de animais selvagens da fauna exótica.

**Parágrafo Único** - Ficam recepcionadas as disposições pertinentes contidas na Lei Federal nº 5.197, de 03.01.67, no que tange à fauna brasileira.

**Art. 23.** Somente será permitida a exibição artística ou circense de animais após a concessão do laudo específico, emitido pelo órgão sanitário responsável.

**Parágrafo Único** - O laudo mencionado neste artigo apenas será concedido após vistoria técnica efetuada pelo Centro de Zoonoses em que serão examinadas as condições de alojamento e manutenção dos animais.

4 -





Folha	34
Proc.	453/2022
Resp.	RM

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

**Art. 24** - É proibida a exibição de toda e qualquer espécie de animal bravo ou selvagem, ainda que domesticado, em vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso do público.

**Art. 25** - Os estabelecimentos de comercialização de animais vivos, com fins não alimentícios, ficam sujeitos, além do disposto na Lei nº 8.266, de 20.06.75, à obtenção de laudo emitido pelo órgão sanitário responsável, renovável anualmente.

**Parágrafo Único** - O laudo mencionado neste artigo apenas será concedido após vistoria técnica efetuada por agente sanitário, em que serão examinadas as condições sanitárias de alojamento e manutenção dos animais.

**Art. 26** - É proibido o uso de animais feridos, enfraquecidos ou doentes, em veículo de tração animal.

**Parágrafo Único** - É obrigatório o uso de sistema de frenagem, acionado especialmente quando em descida de ladeiras, nos veículos de que trata este artigo.

### DAS SANÇÕES

**Art. 27** - O Departamento Municipal de Saúde e ao Centro de Zoonoses cumpre a execução do disposto nesta lei, sendo tais órgãos competentes para fazer cumpri-la, bem como os decretos e regulamentos, tendo livre acesso a quaisquer recintos, em qualquer dia e hora onde convenha a ação que lhes é atribuída.

**Art. 28** - Para efeito de repressão às infrações mencionadas nesta lei, será aplicado o disposto nos arts. 560 e 569 do Decreto Estadual nº 12.342, de 27.09.78, além de outros pertinentes ao controle de zoonoses.

**Art. 29** - Dos autos de infração lavrados pela autoridade sanitária competente, poderá o infrator oferecer defesa ou impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, contados de sua ciência.

**Art. 30** - A defesa ou impugnação será julgada pelo superior hierárquico do servidor autuante, que disporá do prazo de 10 (dez) dias para se pronunciar, seguindo-se a lavratura do auto de imposição de penalidade, se for o caso.

h.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

**Art. 31** - Da imposição de penalidade poderá o infrator recorrer às seguintes instâncias, nesta ordem:

I – Coordenadoria do Centro de Zoonoses, qualquer que seja a penalidade aplicada, e das decisões deste ao:

II - Departamento de Saúde, quando se tratar de penalidades previstas nos incs. III a XI, do art 568 do regulamento adotado, ou de multa de valor correspondente ao previsto nos incs. II e III do art. 569 do mesmo regulamento;

III – Prefeita Municipal, em última instância, e somente quando se tratar das penalidades previstas nos incs. VII, X e XI do art. 568 do regulamento adotado.

**Art. 32** - Os recursos serão decididos depois de ouvida a autoridade recorrida, a qual poderá reconsiderar a decisão anterior.

**Art. 33** - Os recursos só terão efeito suspensivo nos casos de imposição de multa.

**Art. 34** - O infrator tomará ciência das decisões das autoridades sanitárias:

I - pessoalmente, ou por seu procurador, à vista do processo, ou:

II - mediante notificação, que poderá ser feita por carta registrada, ou através de imprensa em atos oficiais, considerando-se efetivada 5 (cinco) dias após a publicação.

**Art. 35** - Sem prejuízo das penalidades previstas no art. 28, o proprietário do animal apreendido ficará sujeito ao pagamento de despesas de transporte, de alimentação, assistência veterinária e outras, conforme tabela abaixo:

I - despesas de transporte:

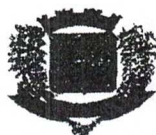
a) Animais de pequeno porte (Felinos, caninos, caprinos, ovinos, suínos e aves) ..... 3 UFIRs

b) Muares, Equinos e bufalinos ..... 25 UFIRs

II - despesas de alimentação:

Folha	35
Proc.	453/2022
Resp.	POCB

4



Folha	36
Proc.	453/2022
Resp.	WCM

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

- a) Animais de pequeno porte (Felinos, caninos, caprinos, ovinos, suínos, aves) ..... 3 UFIRs
- b) Muares, eqüinos e bufalinos ..... 12 UFIRs
- III - despesas com assistência veterinária ..... 3 a 8 UFIRs
- IV - Diárias de manutenção de animais no Centro de Zoonoses ..... 10 UFIRs

**Art. 36.** A Associação de Proteção aos Animais, caso venha a ser criado no Município, poderá, a critério do Executivo, através de convênio, fiscalizar a aplicação desta lei.

**Art. 37.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 38.** Revogam-se as disposições em contrário.

Palacete "Benedicto Nicolau de Marino, aos 21 dias do mês de agosto de 2001 (dois mil e um).

  
**CLEIDE APARECIDA BERTI GINATO**  
 Prefeita Municipal

Publicada no Departamento competente da Prefeitura Municipal.

  
**JOSÉ ALFREDO XIBI JAUDI**  
 Secretário Municipal

Registrada às fls. 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67 e 68 do livro competente nº 21 (vinte e um)





## Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022 | Aguardando leitura da Proposição em Plenário (Urgência) | 16/05/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

### Tramitação

#### Data Tramitação

16/05/2022

#### Unidade Local

CP - Comissões Permanentes



#### Unidade Destino

Assessoria Legislativa - AL

#### Data Encaminhamento

#### Data Fim Prazo

#### Status

Aguardando leitura da Proposição em  
Plenário (Urgência)

#### Turno

#### Urgente ?

Não

Folha	37
Proc.	453/2022
Resp.	16/03

#### Texto da Ação

#### Usuário

[Raquel](#)

#### IP

201.33.203.252

#### Data e Hora da Edição

18 de Maio de 2022 às 12:10

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e  
aberto. Release: 3.1.162

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#)  
4.0  
[Atribuir Fonte - Compartilhar Igual](#)

Câmara Municipal de Américo Brasileiro

Rua Manoel Borba, 298 - Centro

CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134

[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)

Nome	
Prof	
Ass	

**EM BRANCO**



## Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022 | Aguardando leitura da Proposição em Plenário (Urgência) | 16/05/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

### Tramitação

#### Data Tramitação

16/05/2022

#### Unidade Local

Assessoria Legislativa - AL

#### Unidade Destino

Plenário - PLE

#### Data Encaminhamento

#### Data Fim Prazo

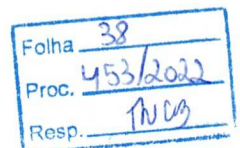
#### Status

Aguardando leitura da Proposição em Plenário (Urgência)

#### Turno

#### Urgente ?

Não



#### Texto da Ação

#### Usuário

[Raquel](#)

#### IP

201.33.203.252

#### Data e Hora da Edição

18 de Maio de 2022 às 12:11

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.162

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#) 4.0  
[Atribuir Fonte - Compartilhar Igual](#)

Câmara Municipal de Américo Brasileiro

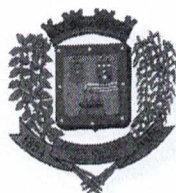
Rua Manoel Borba, 298 - Centro

CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134

[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)



**EM BRANCO**



## **Câmara Municipal de Américo Brasiliense**

**REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL Nº 020/2022**

Folha	39
Proc.	453/2022
Resp.	MLB

**AUTORES/Vereadores: JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE e outros**

**CONSIDERANDO** a relevância do assunto apresentado no Projeto de Lei nº 031/2022;

**REQUEREMOS à Mesa**, satisfeitas as formalidades regimentais, seja incluída na Ordem do Dia de hoje, em regime de Urgência Especial, nos termos do artigo 142, inciso I, letra b, e Inciso V, ambos do Regimento Interno, a seguinte matéria:

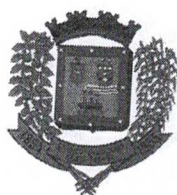
**Projeto de Lei nº 031/2022**, de autoria do Poder Executivo, que  
*"Institui a Política Municipal de Proteção e Gestão Animal do Município de Américo Brasiliense e dá outras providências."*

**JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE**  
Presidente

Sala de Sessões "Dr. Elias Leme da Costa", 16 de maio de 2022.

**APROVADO EM**  
16/05/2022

Folha	40
Proc.	453/2022
Resp.	NB



## Câmara Municipal de Américo Brasiliense

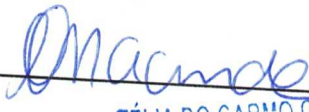
REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL Nº 020/2022

Projeto de Lei nº 031/2022

  
ROBERTO RODRIGUES JOB  
Vereador

  
ALDEVAM LIMA ARAUJO  
Vereador

  
ALCIDES LUIS DE CARVALHO  
Vereador

  
ZÉLIA DO CARMO GRACINDO  
Vereadora

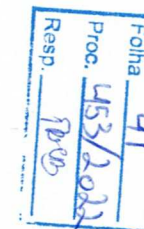
Sala de Sessões "Dr. Elias Leme da Costa", 16 de maio de 2022.





# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE

Rua Manoel Borba, 298 - Centro - Fone: (16)3392-1134  
Américo Brasiense - SP



## LISTA DE PRESENÇA

Presidente: \_\_\_\_\_

Secretário: \_\_\_\_\_

Sessão Ordinária - Data: 16/05/2022 Hora: 17:00h

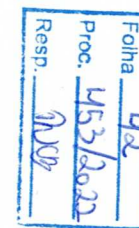
NOMES	CHA	SUB	ASSINATURAS	VOTAÇÃO ORDEM DO DIA											
				Proj. de Lei nº 25		Proj. de Resolução 202		Req. Vig. Exp. 17		Proj. de Lei nº 23		Req. Vig. Exp. 18		Proj. de Lei nº 29	
				S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N
ALCIDES LUIS DE CARVALHO			<i>A</i>	X		X		X		X		X			
ALDEVAM LIMA ARAÚJO			<i>A</i>	X		<i>ausente</i>		X		X		X			
DIEGO RODRIGUES DE SOUZA			<i>[Signature]</i>	X		X		X		X		X		<i>[Signature]</i>	
JOSÉ MÁRIO SILVA DOS ANJOS			<i>[Signature]</i>	X		X		X		X		X		<i>[Signature]</i>	
JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE			<i>[Signature]</i>					X				X		<i>[Signature]</i>	
LEANDRO HENRIQUE MORALES			<i>Leandro H. morales</i>	X		X		X		X		X			
MAICON RIOS DE SOUZA			<i>[Signature]</i>	X		X		X		X		X			
MARLY LUZIA HELD PAVÃO			<i>[Signature]</i>	X		X		X		X		X			
ROBERTO RODRIGUES JOB			<i>[Signature]</i>	X		X		X		X		X			
SILAS FERNANDES PINTO			<i>[Signature]</i>	X		X		X		X		X			
TRAJANO DE OLIVEIRA FILHO			<i>[Signature]</i>	X		X		X		X		X			
VALDEIR BEZERRA DA SILVA			<i>[Signature]</i>	X		X		X		X		X			
ZÉLIA DO CARMO GRACINDO			<i>[Signature]</i>	X		X		X		X		X			

**EM BRANCO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE

Rua Manoel Borba, 298 - Centro - Fone: (16)3392-1134  
Américo Brasileiro - SP



## LISTA DE PRESENÇA

Presidente: \_\_\_\_\_ Secretário: \_\_\_\_\_ Sessão Ordinária - Data: 16/05/2022 Hora: 17:00h

NOMES	CHA	SUB	ASSINATURAS	VOTAÇÃO ORDEM DO DIA											
				Req. Urg. Esp. 19		Req. de Lic. 19/2022		Req. Urg. Esp. 20		Req. de Lic. 20/2022		Req. Urg. Esp. 21/2022		Req. de Lic. 21/2022	
				S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N
ALCIDES LUIS DE CARVALHO			A	X				X		X		X		X	
ALDEVAM LIMA ARAÚJO			Aldevam	X				X		X		X		X	
DIEGO RODRIGUES DE SOUZA			Diego	X				X		X		X		X	
JOSÉ MÁRIO SILVA DOS ANJOS			José	X				X		X		X		X	
JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE			José	X				X				X			
LEANDRO HENRIQUE MORALLES			Leandro H. Morales	X				X		X		X		X	
MAICON RIOS DE SOUZA			Maicon	X				X		X		X		X	
MARLY LUZIA HELD PAVÃO			Marly	X				X		X		X		X	
ROBERTO RODRIGUES JOB			Roberto	X				X		X		X		X	
SILAS FERNANDES PINTO			Silas	X				X		X		X		X	
TRAJANO DE OLIVEIRA FILHO			Trajan	X				X		X		X		X	
VALDEIR BEZERRA DA SILVA			Valdeir	X				X		X		X		X	
ZÉLIA DO CARMO GRACINDO			Zélia	X				X		X		X		X	





**EM BRANCO**



## Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022 | Proposição aprovada | 16/05/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

### Tramitação

#### Data Tramitação

16/05/2022

#### Unidade Local

Plenário - PLE

#### Unidade Destino

Assessoria Legislativa - AL

#### Data Encaminhamento

#### Data Fim Prazo

#### Status

Proposição aprovada

#### Turno

#### Urgente ?

Não

#### Texto da Ação

#### Usuário

[Raquel](#)

#### IP

201.33.203.252

#### Data e Hora da Edição

30 de Maio de 2022 às 10:06

Folha	43
Proc.	453/2022
Resp.	MLB

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e  
aberto. Release: 3.1.162

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#)  
4.0  
[Atribuir Fonte - Compartilhar Igual](#)

Câmara Municipal de Américo Brasileiro  
Rua Manoel Borba, 298 - Centro  
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134  
[Quem Somos](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)



**EM BRANCO**





## **Câmara Municipal de Américo Brasiliense**

Américo Brasiliense, 17 de maio de 2022.

**Ofício nº 148/2022**

Folha	44
Proc.	453/2022
Resp.	RCM

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal

Pelo presente encaminhamos a Vossa Excelência, o Autógrafo Número 034/2022, Projeto de Lei Número 031/2022, de autoria do Poder Executivo, que “Institui a Política Municipal de Proteção e Gestão Animal do Município de Américo Brasiliense e dá outras providências”, aprovado em sessão Legislativa Ordinária realizada no dia 16 de maio de 2022, às 17:00 horas.

Aproveitando a oportunidade para apresentar-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE**  
Presidente

**EXMO. SR.  
DIRCEU BRÁS PANO  
DD. PREFEITO MUNICIPAL  
AMÉRICO BRASILIENSE - SP**

.....
.....
.....

**EM BRANCO**



## **Câmara Municipal de Américo Brasiliense**

**AUTÓGRAFO Nº 034/2022**  
**PROJETO DE LEI Nº 031/2022**

Folha	45
Proc.	453/2022
Resp.	1609

*Institui a Política Municipal de Proteção e  
Gestão Animal do Município de Américo  
Brasiliense e dá outras providências.*

### **CAPÍTULO I** **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Proteção e Gestão Animal, visando à Proteção e Bem-Estar Animal, Posse Responsável e Controle de Natalidade de cães e gatos no Município de Américo Brasiliense.

Parágrafo único. As ações relativas à Política Municipal de Proteção aos Animais a que se refere o "caput" deste artigo serão planejadas, coordenadas e desenvolvidas pelo Centro de Triagem Animal (CTA).

Art. 2º O desenvolvimento de ações objetivando a execução da Política Municipal de Proteção e Gestão Animal passa a ser regida por esta lei, que tem como princípios básicos:

- I - O bem-estar humano e animal;
- II - O incentivo a uma educação ambiental voltada para a posse responsável;
- III - O controle das populações animais abrangidas por esta lei;
- IV - A prevenção e controle de zoonoses;
- V - A identificação, recolhimento e registro de animais;
- VI - A fiscalização e punição dos maus tratos aos animais.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal de Proteção aos Animais:

- I - Definir as ações de proteção e bem-estar à saúde animal;
- II - Normatizar, planejar, executar e coordenar os procedimentos de bem-estar e proteção à vida animal;
- III - Realizar o credenciamento de médicos veterinários, consultórios, clínicas, hospitais e outros estabelecimentos veterinários para a execução de atividades, campanhas e ações previstas na presente Lei;
- IV - Incentivar, divulgar, promover e realizar a identificação de animais dentro do território do município;





Folha 46  
Proc. 453/2022  
Resp. RMD

## **Câmara Municipal de Américo Brasiliense**

V - Realizar o registro de animais para fins de cadastro, controle e planejamento de ações;

VI - Planejar e executar ações de controle de população de animais de pequeno porte (cães e gatos) pelo método de esterilização cirúrgica em fêmeas e machos;

VII - Coordenar e desenvolver ações e atividades para incentivar a prática da adoção e posse responsável de animais de pequeno porte.

VIII - Contribuir para monitorar as Doenças de Notificação Compulsória (DNC) relacionadas com animais;

IX - Combater e prevenir os maus tratos aos animais;

X - Fiscalizar e aplicar as normas previstas em legislação de proteção e controle animal e aquelas relativas à criação, comercialização, propriedade, guarda, posse, uso, transporte, tráfego, relativas aos animais dentro do município;

XI - Criar e acompanhar indicadores para acompanhamento da evolução da população animal e do resultado das ações desenvolvidas apresentando aos órgãos envolvidos.

Art. 4º Constituem objetivos básicos das ações de prevenção e controle de zoonoses e das ações de controle das populações de animais:

I - Prevenir, reduzir e eliminar a morbidade e a mortalidade, bem como os sofrimentos humanos causados pelas zoonoses urbanas prevalentes;

II - Preservar a saúde da população, mediante o emprego dos conhecimentos especializados e experiências de Saúde Pública Veterinária.

III - Prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento aos animais;

IV - Preservar a saúde e o bem-estar da população humana, evitando-lhe danos ou incômodos causados por animais;

V - Fomentar e realizar ações de educação sobre a posse e propriedade responsável, na comunidade escolar, em todos os níveis, bem como nas comunidades, através de campanhas educativas;

VI - Estabelecer parcerias com instituições de ensino superior, associações de proteção aos animais, órgãos governamentais e não governamentais;

VII - Controlar a natalidade através de castrações, esterilizações e uso de produtos químicos para evitar o período de cio ou fecundação.

Art. 5º O Centro de Triagem Animal será responsável por:

I - Fiscalizar denúncias de maus-tratos e agressões a animais;

II - Realizar a apreensão de animais feridos ou debilitados;

III - Notificar, multar ou aplicar penalidades disciplinadas nesta Lei;

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



Folha	47
Proc.	453/2022
Resp.	MCB

## **Câmara Municipal de Américo Brasiliense**

IV – Encaminhar os animais suspeitos de zoonoses para a coleta de exames e observação, com fornecimento de tratamento suporte do animal resgatado durante o período de observação da zoonose;

V – Realizar tratamento dos animais resgatados, providenciando abrigo para eles;

VI – Adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das disposições regulamentadas nesta legislação, bem como aquelas inerentes ao poder de polícia correlato.

Parágrafo único. Compete à Ouvidoria Geral do Município, recepcionar as denúncias, reclamações e outras demandas relacionadas à política municipal de proteção animal, remetendo ao Centro de Triagem Animal os devidos registros e encaminhamentos que se fizerem necessários.

Art. 6º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Zoonose: infecção ou doença infecciosa transmissível naturalmente entre animais vertebrados e o homem e vice-versa;

II – Animais de estimação: os de valor afetivo, passíveis de coabitar com o homem;

III – Animais soltos: todo e qualquer animal errante encontrado sem qualquer meio de contenção;

IV – Abrigos municipais de animais: dependência apropriada para alojamento e cuidados dos animais apreendidos e resgatados, para quarentena e para aguardo de adoção de animais saudáveis;

V – Animais agressores: aqueles causadores de danos físicos a pessoas e outros animais em logradouros públicos;

VI – Apreensão de animal: é o exercício do Poder de Polícia da Administração Pública em retirar da posse de tutor, curador ou criador animal que esteja em situação de vulnerabilidade e risco;

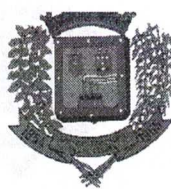
VII – Resgate de animal: é a captura de animais que estejam abandonados, propositalmente ou não, em logradouros públicos ou locais particulares;

VIII – Animal Comunitário: animal canino ou felino, que estabelece com a comunidade em que vive laços de afeto, de dependência e de manutenção, ainda que não possua responsável único e definido, podendo ser mantido no local em que se encontra sob a responsabilidade de tutores comunitários;

IX – Padrinho: pessoa jurídica que poderá custear alimentação, materiais de higiene, medicamentos, abrigo (casinhas), comedouros, bebedouros e o que for necessário para o objetivo desta lei, podendo ser autorizada a divulgação da sua marca junto a um ponto fixo de referência, obedecendo às especificações determinadas e previamente autorizadas a ser regulamentada por decreto.

Handwritten signature and initials in blue ink.





Folha	48
Proc.	453/2022
Resp.	THOM

## **Câmara Municipal de Américo Brasileiro**

### **CAPÍTULO II**

#### **DA GUARDA RESPONSÁVEL DOS TUTORES, CUIDADORES E CRIADORES**

Art. 7º Define-se guarda responsável como o dever dos tutores, cuidadores e criadores em manter os animais domésticos em condições adequadas de alojamento, alimentação, saúde, higiene e bem-estar, bem como em garantir a identificação, a segurança destes, de terceiros ou outros animais e a destinação correta dos dejetos por eles produzidos.

§ 1º Para os fins desta lei, tutor de animal doméstico é aquele que mantém sob sua responsabilidade, como ânimo de permanência, animais domésticos entre cães e gatos.

§ 2º Para os fins desta lei, cuidador de animal doméstico é aquele que abriga em caráter temporário ou permanente, sem fins lucrativos, mais 5 (cinco) indivíduos, entre cães e gatos, com o fim de acolhê-los, tratá-los e alimentá-los.

§ 3º Para os fins desta lei, criador é aquele que abriga em caráter temporário ou permanente, com fins lucrativos, animais de qualquer tipo.

§ 4º Para os fins desta Lei, entende-se por protetor de animal doméstico a pessoa natural ou a pessoa jurídica que, sem intuito lucrativo:

I – Se dedique às atividades em prol da defesa e da proteção dos animais, de forma beneficente e voluntária;

II – Realize atividades individuais ou comunitárias junto à população levando, orientação e informação sobre os benefícios dos cuidados necessários para os animais domésticos, tais como castração, assistência médico-veterinária, alimentação adequada, adoção e doação responsável, canais para encaminhamento de denúncia de maus tratos;

III – Se dedique a levar ao conhecimento da comunidade de Américo Brasileiro, informações sobre as leis vigentes referentes à adoção e guarda responsável para animais de pequeno, médio ou grande porte.

§ 5º São extensíveis aos protetores de animais domésticos todas as obrigações e deveres impostos pelo ordenamento jurídico municipal, ao tutor, ao cuidador ou ao criador de animais domésticos.

§ 6º São extensíveis aos protetores de animais domésticos todas as infrações tipificadas pelo ordenamento jurídico municipal, que tenham por sujeito ativo o tutor, o cuidador ou o criador de animais domésticos.





Folha	49
Proc.	453/2022
Resp.	RCB

## **Câmara Municipal de Américo Brasiliense**

§ 7º É proibido praticar ato de abuso, falta de alimentação, maus-tratos, sacrifício, manutenção em condições humilhantes, ferir ou mutilar animais.

Art. 8º São considerados abusos e maus-tratos a animais:

I – Submetê-los a qualquer prática que cause ferimentos, sofrimento ou morte;

II - Mantê-los sem abrigo, em lugar impróprio, perigoso, insalubre ou que lhes impeçam movimentação e descanso, ou ainda onde fiquem privados de ar, luz solar, bem como alimentação adequada e água, assim como deixar de ministrar-lhes assistência veterinária por profissional habilitado, quando necessário;

III – Criá-los, mantê-los ou expô-los em recintos exíguos, insalubres ou impróprios, bem como transportá-los em veículos ou gaiolas inadequados ao seu bem-estar ou à segurança deles e de terceiros;

IV – Utilizá-los em rituais religiosos ou rinhãs entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;

V – Deixar de socorrê-los no caos de atropelamentos em vias públicas ou acidentes domésticos;

VI – Provocar-lhes a morte por envenenamento ou outros meios;

VII – Sacrificá-los;

VIII – Realizar experiências sem conhecimento de Conselhos de Ética reconhecidos pelo CONEP.

IX – Confinamento, acorrentamento ou alojamento inadequado.

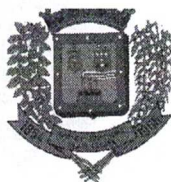
§ 1º Mediante laudo técnico circunstanciado, outras práticas poderão ser enquadradas como maus-tratos ou abusos.

§ 2º Entende-se como confinamento, acorrentamento ou alojamento inadequado, qualquer meio de restrição à liberdade de locomoção dos animais domésticos.

§ 3º A restrição à liberdade de locomoção ocorrerá por qualquer meio de aprisionamento permanente ou rotineiro do animal a um objeto estacionário por períodos contínuos.

§ 4º Nos casos de impossibilidade temporária por falta de outro meio de contenção, o animal será preso a uma corrente do tipo "vaivém" com, no mínimo, 3 (três) metros de comprimento.

§ 5º A liberdade de locomoção do animal deverá ser oferecida de modo a não causar quaisquer ferimentos, dores ou angústias, observando-se:



## **Câmara Municipal de Américo Brasiliense**

I – A corrente utilizada não poderá pesar mais de 10% (dez) por cento do peso do animal;

II – Ficará vedado o uso de cadeado para fechamento da coleira.

§ 6º É proibido o confinamento de animais em alojamentos ou locais que não respeitem as condições adequadas ao bem-estar do animal, observando-se:

I – Dimensões apropriadas às espécies, necessidade e tamanho do animal;

II - Espaço suficiente para ampla movimentação;

III – Incidência de sol, luz, sombra e ventilação;

IV – Fornecimento de alimento e água limpa, além de contínuo atendimento de suas necessidades, incluindo atendimento veterinário;

VI – Asseio e conservação de higiene do alojamento e do próprio animal.

§ 7º Os animais encontrados nas condições anteriormente previstas de confinamento, acorrentamento ou alojamento inadequado devem ser resgatados e encaminhados para adoção.

§ 8º O descumprimento ao disposto neste artigo constitui infração gravíssima, acrescida de 100% (cem por cento) a cada reincidência.

Art. 9º Todo animal, ao ser conduzido em vias e logradouros públicos, deve obrigatoriamente usar coleira e guia adequadas aos seu tamanho e porte, assim como deve ser conduzido por pessoas com idade e força suficiente para controlar os movimentos do animal.

§ 1º Cães de raças reconhecidamente bravias, a exemplo de Dobermann, Bull terrier, Fila-brasileiro, Pit Bull, Rottweiler e outros, bem como quaisquer animais que apresentem comportamento agressivo, independente de tamanho ou raça, devem ser conduzidos com focinheira, além de coleira e guia.

§ 2º O condutor de animais em via pública fica obrigado a recolher os dejetos fecais.

§ 3º Todo o tutor, protetor, cuidador ou criador de animal é obrigado a vacinar seu cão ou gato contra a raiva, observando o período recomendado pelo veterinário responsável.

§ 4º O tutor ou responsável pela guarda de um animal não poderá impedir o acesso de agente do Centro de Triagem Animal no exercício de suas funções, às dependências do alojamento do animal, sempre que necessário, bem como acatar as suas determinações legais.





## **Câmara Municipal de Américo Brasiliense**

Folha	51
Proc.	453/2022
Resp.	TUCO

§ 5º Os cães-guia para deficientes visuais terão livre acesso a qualquer estabelecimento, bem como a meios de transporte público e coletivo.

§ 6º No imóvel onde permanecer animal bravio, deverá ser afixada placa com os dizeres "CUIDADO-CÃO BRAVO", com tamanho compatível à leitura à distância e em local visível ao público.

Art. 10. É proibido abandonar animais em quaisquer circunstâncias e lugares.

Parágrafo único. O animal resgatado em virtude de abandono, proposital ou não, deverá ser retirado no prazo máximo de 10 (dez) dias, devendo o tutor, protetor, cuidador ou criador arcar com as despesas correspondentes ao abrigo do animal, as quais poderão ser substituídas, exclusivamente na hipótese deste artigo, por pena de advertência, em se tratando de tutor, cuidador ou criador primários na prática de tal infração.

Art. 11. Serão recolhidos, em lugar próprio da Municipalidade, os animais abandonados ou sob guarda de tutor, protetor, cuidador ou criador, que:

I – Apresentem sinais de doença manifesta ou portadores de enfermidades espécies específicas e não estejam recebendo tratamento e acompanhamento veterinário pelo responsável pelo animal;

II – Animais abandonados, sem tutor, e que sejam agressivos em relação a pessoas ou animais, sem que haja provocação, desde que comprovada pela fiscalização;

III – Apresentem sinais de sofrimento, como fraturas, hemorragias, impossibilidade de locomoção, mutilação, feridas extensas, profundas e prolapsos, entre outros.

IV – Estejam envolvidos em situações de risco, como rinhas, acidentes de trânsito, atropelamentos ou sejam vítimas de maus tratos.

V – Animais fêmeas abandonadas ou errantes que estejam no período de cio.

### **CAPÍTULO III**

### **RESGATE, APREENSÃO E DESTINAÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS**

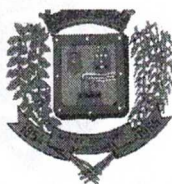
Art. 12. O Centro de Triagem Animal poderá receber denúncias de animais abandonados, animais vítimas de maus-tratos ou animais em situação de perigo para si ou terceiros, sendo que as denúncias poderão resultar em:

I – Orientação telefônica;

II – Fiscalização in loco;

III – Apreensão;





Folha	52
Proc.	453/2022
Resp.	MB

## **Câmara Municipal de Américo Brasiliense**

### **IV – Resgate.**

Art. 13. O Centro de Triagem Animal determinará fiscalização preventiva, que poderá resultar em apreensão ou resgate animal.

Art. 14. Os animais apreendidos ou resgatados passarão por triagem realizada pelo CTA, a qual classificará os animais em:

I – Condenados, quando diagnosticada doença infecto contagiosa incurável que coloque em risco a saúde pública ou quando diagnosticada situação de sofrimento extremo irreversível;

II – Suspeitos de doenças infecto contagiosas;

III – Aparentemente sem doenças infecto contagiosas.

Art. 15. Os animais apreendidos ou resgatados serão:

I – Encaminhados à eutanásia, de responsabilidade do CTA, após emissão de laudo do veterinário, precedido de exames comprobatórios da enfermidade;

II – Encaminhado à quarentena, de responsabilidade do CTA, onde ficarão por 10 (dez) dias recebendo tratamento adequado;

III – Encaminhados às entidades conveniadas, onde receberão tratamento adequado;

§ 1º Os animais resgatados estarão à disponibilidade de recuperação por seus tutores, protetores, cuidadores ou criadores, sem prejuízo do pagamento das multas ou preços públicos estabelecidos nesta lei.

§ 2º Fica o Município autorizado a firmar parcerias e ou convênio com entidades para cuidados, abrigo e tratamento de animais, especialmente quando tratar-se de animais de grande porte.

§ 3º Se o animal resgatado estiver registrado, o tutor, protetor, o cuidador ou o criador será notificado para retirá-lo, observadas as penalidades e pagamentos determinados.

§ 4º Os animais apreendidos ou resgatados sem identificação serão registrados eletronicamente, podendo o CTA cobrar, salvo a hipótese de isenção da taxa de registro do tutor ou cuidador que o venha retirar.

§ 5º Deverá o tutor, cuidador ou o criador providenciar a retirada do animal no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, em se tratando de animal de grande porte, ou de 5 (cinco) dias, nos demais casos; transcorrido o prazo para retirada sem qualquer



Folha	53
Proc.	453/2020
Resp.	RCB

## **Câmara Municipal de Américo Brasiliense**

manifestação, o animal será encaminhado à adoção, após ser esterilizado e declarado saudável.

§ 6º Os animais domésticos apreendidos ou resgatados, vítimas de maus tratos, não poderão ser devolvidos aos responsáveis por sua guarda que, comprovadamente, maltrata-os, ou concorreu para a prática do ato de maus tratos, e serão, após esterilizados e declarados saudáveis, encaminhados à adoção.

§ 7º O responsável, bem como toda pessoa que, comprovadamente, praticar ato de maus-tratos, ou concorrer para a sua prática, contra animais domésticos que estejam sob sua guarda ou de outrem, fica proibido de tê-los sob sua guarda, inclusive adotá-los, pelo período de 5 (cinco) anos, a contar da data da infração.

Art. 16. A retirada de animal resgatado será feita mediante pagamento de diária de ½ (meia) UFM na primeira apreensão, 02 (duas) UFM's na segunda, acrescida progressivamente de 100% (cem por cento) a partir da terceira apreensão.

Art. 17. Os animais que forem apreendidos, recolhidos ou resgatados, em conformidade com esta lei serão mantidos em recintos higienizados, com proteção contra intempéries naturais, cuidados médicos e alimentação adequada.

§ 1º Os cuidados médicos veterinários serão prestados pelo Município ou por entidade conveniada.

§ 2º Fica o Município autorizado a instituir, mediante decreto, preço público para custear as despesas relativas ao abrigo, cuidados médicos veterinários ou alimentação adequada de que trata este artigo, o qual será cobrado do tutor, do cuidador ou do criador do respectivo animal apreendido recolhido ou resgatado.

Art. 18. A entrega de um animal resgatado e não registrado, somente será feita a quem o reclame após averiguação de indícios da alegada guarda.

Parágrafo único. Os indícios de que trata o "caput" deste artigo podem ser objetivos, como fotos do animal, ou subjetivos, como comportamento afetuoso do animal para com quem o reclame, sendo possível, se necessário, fiscalização.

Art. 19. Fica proibida a eliminação de animais domésticos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres.

Parágrafo único. É permitida a eutanásia como prática excepcional, nos casos de condenação constatados na triagem, devidamente justificados por laudo do





## **Câmara Municipal de Américo Brasileiro**

responsável técnico pela decisão e desde que o procedimento tenha sido acompanhado por, ao menos, uma entidade conveniada.

Art. 20. O animal com histórico de agressividade injustificada e comprovada por laudo médico será inserido, após esterilizado e declarado saudável, em programa especial de adoção de critérios diferenciados, prevendo assinatura de termo de conhecimento do fato e termo de compromisso pelo qual o adotante se obrigará a cumprir o estabelecido em legislação específica para cães bravios, a manter o animal em local seguro e em condições favoráveis de ressocialização.

Art. 21. Para efetivação do programa de adoção, o Poder Público poderá viabilizar as seguintes medidas:

I – A destinação de local para manutenção e exposição dos animais disponibilizados para adoção, que será aberto à visitação pública, onde os animais serão separados conforme critério de competição física, de idade, sexo e temperamento;

II – Campanhas de conscientização do público sobre a necessidade de esterilização, identificação eletrônica, vacinação periódica e guarda responsável, assim como divulgação de que abandono, maus-tratos e abusos de animais configuram crime ambiental, punidos por legislação própria, além das penalidades estabelecidas por esta lei;

III – Orientação técnica aos adotantes e ao público em geral para os princípios da tutela responsável de animais, visando atender às suas necessidades físicas, psicológicas e ambientais.

Art. 22. Fica o Centro de Triagem Animal obrigado a adotar o protocolo de captura, esterilização, chipagem e devolução, tendo por objetivo o controle populacional de cães e gatos sem tutores conhecidos no município de Américo Brasileiro.

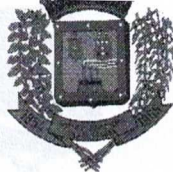
§ 1º O cadastro de cada animal conterá os seguintes dados:

- I – Número do microchip aplicado no animal;
- II – Data do Registro;
- III – Dados do animal: nome do animal, porte, sexo, raça, cor, idade real ou presumida, e se castrado, a data da castração;
- IV – Data da última vacinação contra raiva;
- V – Dados do tutor, nome completo, número do R.G., C.P.F., data de nascimento, endereço completo, telefone e e-mail de contato;

§ 2º O Protocolo de captura, esterilização e devolução (CECD), deverá ser:

[assinatura]





## **Câmara Municipal de Américo Brasiliense**

I – Implementado, também, por instituições não governamentais e ainda por protetores independentes;

II – Executado sobre espécimes de cães e gatos cujos tutores sejam pessoas em situação de rua.

§ 3º Para fins da execução do Protocolo CECD, a captura dos animais deverá ser realizada sem sofrimento e de forma a gerar o mínimo de estresse possível no animal.

§ 4º Todo animal submetido ao Protocolo CECD deverá ser identificado mediante marca no interior da orelha, na cor vermelha, devendo a identificação ser feita de forma minimamente invasiva, durante a cirurgia de esterilização ou com o animal anestesiado.

§ 5º O pós-cirúrgico do animal submetido ao Protocolo CECD ficará a cargo da entidade que iniciou e executou referido protocolo, sendo que os animais serão devolvidos aos seu local de origem após a plena recuperação.

### **CAPÍTULO IV DA PRÁTICA DE MAUS TRATOS**

Art. 23. Fica proibida a prática de maus-tratos e crueldade contra animais no âmbito do Município de Américo Brasiliense.

Art. 24. Define-se como maus-tratos e crueldade contra animais, as ações diretas ou indiretas capazes de provocar privação das necessidades básicas, sofrimento físico, medo, estresse, angústia, patologias ou morte ao animal.

§ 1º São ações diretas e indiretas, aquelas que maltratam e provoquem os estados descritos no *caput* deste artigo, tais como:

I- abandono em vias públicas, em imóveis residenciais fechados ou inabitados e em terrenos baldios;

II- agressões diretas ou indiretas de qualquer tipo: espancamento, lapidação, com uso de instrumentos cortantes, instrumentos contundentes, substâncias químicas, fogo, substâncias escaldantes, substâncias tóxicas e/ou similares;

III- privação de alimento ou de alimentação adequada à espécie, bem como de atendimento médico veterinário quando necessário;

IV- confinamento inadequado à espécie animal, privando-o de expressar comportamentos naturais como deitar, levantar e andar;

V- sofrimento físico e estresse mental aos animais em decorrência de:



## **Câmara Municipal de Américo Brasiliense**

- a) conduzi-los amarrados à traseira de veículos motorizados, motocicletas, bicicletas, carroças, charretes, ou transportá-los de forma anormal;
- b) utilizá-los para o transporte de cargas ou passageiros com peso superior à sua força;
- c) marcá-los a fogo;
- d) obrigá-los a trabalhar doentes, feridos, extenuados ou enfraquecidos;
- e) fazê-los trabalhar sem parada para descanso, ingestão de água e alimentos;
- f) castigá-los ao cair, atrelados ou não a veículo, fazendo-os levantar a custo de sofrimento;
- g) amarrá-los em cordas ou correntes.

VI- outros atos praticados que, mesmo não especificados nesta lei, possam acarretar sofrimento aos animais.

§ 2º A prática dos atos tipificados nos incisos I, II e V caracterizam-se como de natureza grave para fins de aplicação das penalidades previstas nesta Lei.

Art. 25. A configuração da prática de maus-tratos e crueldade a animais, depende da emissão de laudo técnico por profissional de Medicina Veterinária para a sua comprovação, o qual poderá ter como base elementos obtidos em vistorias, relatos de testemunhas, denúncias e boletim de ocorrência policial.

Art. 26. Compete ao Departamento de Saúde, através do CTA – Centro de Triagem Animal, a apuração das práticas de maus-tratos e crueldade a animais.

Art. 27. A atuação do Poder Público estará condicionada à apresentação de denúncia formal ou quando ocorrer situação de flagrante.

§ 1º Sendo formalmente apresentada a denúncia, devidamente acompanhada de identificação do infrator, endereço da ocorrência e provas documentais e/ou testemunhais, dar-se-á intervenção imediata do médico veterinário para emissão do laudo técnico.

§ 2º Em caso de denúncia informal ou anônima, far-se-á investigação preliminar para emissão de laudo técnico.

Art. 28. Configurada a necessidade de retirada do animal prejudicado e havendo impedimento por parte dos seus proprietários, o CTA – Centro de Triagem Animal poderá encaminhar o procedimento ao Departamento de Negócios Jurídicos para as providências pertinentes.

## **CAPÍTULO V**





**Câmara Municipal de Américo Brasiliense**  
**DAS PENALIDADES**

Folha	57
Proc.	453/2022
Resp.	BCB

Art. 29. Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de guarda, proteção e recuperação de animais é considerada, no âmbito desta lei, infração administrativa e será punida com as sanções previstas, sem prejuízo da aplicação de legislação federal ou estadual e respectivas penalidades, inclusive criminais.

Parágrafo único. Sem prejuízo da responsabilização civil e penal, aos infratores da presente Lei serão aplicadas, alternativa ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- I- advertência por escrito, na primeira infração de natureza leve, esclarecendo que, em caso de reincidência, será cobrada multa;
- II- multa no valor de 5 (cinco) UFM's (Unidade Fiscal do Município), nos casos de:
  - a) reincidência na prática de infração de natureza leve, dobrada a cada reincidência;
  - b) infração de natureza grave.
- III- apreensão do(s) animal(is);
- IV- interdição parcial ou total do estabelecimento, seções, dependências e veículos;
- V- proibição de propaganda;
- VI- cassação de Alvará de Funcionamento.

Art. 30. Se o infrator cometer simultaneamente duas ou mais infrações serão aplicadas cumulativamente as sanções a elas cominadas.

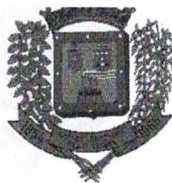
Art. 31. Para aplicação da pena de multa, será lavrado o competente auto de infração, devendo o infrator ser notificado sobre a aplicação da multa.

Parágrafo Único – A notificação de que trata o caput deverá ser procedida:

- I. pessoalmente;
- II. pelo correio, com Aviso de Recebimento;
- III. por edital, se estiver em um local incerto, não sabido, ou pela dificuldade em ser encontrado.

Art. 32. Fica assegurado aos infratores penalizados nos termos do artigo 31, o direito de recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.





Folha	52
Proc.	453/2022
Resp.	1203

## **Câmara Municipal de Américo Brasiliense**

§1º Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a ciência da infração.

§2º Considerar-se-á prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou dia que:

- I. for determinado o fechamento da Prefeitura Municipal;
- II. o expediente da Prefeitura Municipal foi encerrado antes do horário normal.

Art. 33. Julgando-se legítima a aplicação da multa, será concedido ao responsável um prazo não superior a 30 (trinta) dias para pagamento.

Art. 34. Após a lavratura do auto de infração, para aplicação de qualquer das penalidades previstas no artigo 29, será instaurado processo administrativo, a ser autuado pela CTA, onde tramitará até sua decisão final.

Art. 35. Finalizado o processo administrativo, a cópia integral dos autos será remetida ao Setor Fiscal do Município de Américo Brasiliense para adoção das medidas cabíveis.

§ 1º Caberá ao Setor Fiscal requisitar ao setor responsável o lançamento do crédito não-tributário, que deverá ser realizado no prazo não superior a 15 (quinze) dias.

§ 2º Aperfeiçoada a constituição do crédito não-tributário, caberá ao setor responsável proceder a inscrição em dívida ativa do montante no cadastro mobiliário do contribuinte e/ou responsável, observando-se os prazos preconizados em lei.

§ 3º Consolidado o crédito não-tributário em dívida ativa do Município, ao setor responsável compete proceder o ajuizamento da Ação de Execução Fiscal no prazo legal, sem prejuízo de outras providências previstas na legislação.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 36. Os valores recolhidos em função das multas previstas nesta Lei serão revertidos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, em rubrica específica para ações de acolhimento, tratamento e programas de adoção e conscientização de animais.

§1º Os valores arrecadados poderão ser revertidos para entidades conveniadas, para fins de atendimento do disposto no “caput”



## **Câmara Municipal de Américo Brasiliense**

Folha	59
Proc.	453/2021
Resp.	TRC

Art. 37. O tutor, o cuidador ou o criador autuado e multado que se mantiver inadimplente será inscrito em dívida ativa.

Parágrafo único. Serão igualmente inscritos em dívida ativa os valores correspondentes ao preço público de que trata esta lei que, devidamente cobrados, não forem pagos até o seu vencimento pelo tutor, pelo cuidador ou pelo criador do respectivo animal apreendido, recolhido ou resgatado.

Art. 38. As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 39. Revogam-se as disposições em contrário e de modo especial a Lei Municipal nº 1301, de 21 de agosto de 2010.

Art. 40. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Américo Brasiliense, 17 de maio de 2022.

  
**JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE**  
Presidente

  
**SILAS FERNANDES PINTO**  
Vice-Presidente

  
**ZÉLIA DO CARMO GRACINDO**  
1ª Secretária

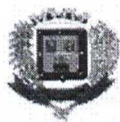
  
**VALDEIR BEZERRA DA SILVA**  
2º Secretário

Registrado às fls. \_\_\_\_ do livro competente nº. \_\_\_\_

_____	_____
_____	_____
_____	_____

**EM BRANCO**





**Câmara  
Américo  
Brasiliense**

raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

## Autógrafos 33, 34, 35 e 36

4 mensagens

**raquel legislativo** <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>  
Para: Secretaria Administrativa <secretaria@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

20 de maio de 2022 15:13

Gabriel, por favor, protocole os ofícios e respectivos autógrafos para o Fábio na Prefeitura.  
Ofício 148 encaminha autógrafo nº 034 PL 031/2022  
Ofício 147 encaminha autógrafo nº 035 PL 028/2022  
Ofício 149 encaminha autógrafo nº 036 PL 025/2022

+ Autógrafo 33 PL 032/2022

Obrigada.

At.te.

Folha	60
Proc.	453/2022
Resp.	RCH



**Tereza Raquel Cardoso de Brito  
Assistente Legislativo**

T: (16) 3392-1134 - ramal 23

Câmara Municipal de Américo Brasiliense

R. Manoel Borba, 298 - Centro - Américo Brasiliense/SP

[www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br](http://www.camaraamericobrasiliense.sp.gov.br)

### 7 anexos

- OFÍCIO 147 - PL 028-2022.docx**  
34K
- AUTÓGRAFO Nº 035-2022 PL 028-2022.pdf**  
537K
- OFÍCIO 148 PL 031-2022.docx**  
34K
- AUTÓGRAFO Nº 034-2022 PL 031-2022.pdf**  
5913K
- OFÍCIO 149.pdf**  
155K
- AUTÓGRAFO Nº 036-2022 PL 025-2022.pdf**  
626K
- AUTÓGRAFO Nº 033-2022 PL 032-2022.pdf**  
669K

**Secretaria Administrativa** <secretaria@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>  
Para: raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

20 de maio de 2022 16:43

**Raquel, enviado pelo 1DOC** - [https://americobrasiliense.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&consulta=1&codigo=963DA551D0D0AB814D649691&itd=5&ss=2&origem=assinador\\_pki&erros=0&erro=v](https://americobrasiliense.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&consulta=1&codigo=963DA551D0D0AB814D649691&itd=5&ss=2&origem=assinador_pki&erros=0&erro=v)

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**raquel legislativo** <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>  
Para: Secretaria Administrativa <secretaria@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

23 de maio de 2022 09:01

Gabriel, faltou enviar o autógrafo 33. Ele já foi enviado, porém faltava uma assinatura. Ele pode inclusive ser enviado no mesmo protocolo. Me liga, por favor, quando ver este email.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**Secretaria Administrativa** <secretaria@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>  
Para: raquel legislativo <raquel.legislativo@camaraamericobrasiliense.sp.gov.br>

24 de maio de 2022 08:46

**Raquel, reprotocolado o Autógrafo 33. Veja tramitação que eu fiz hoje para o Fábio:**

[https://americobrasiliense.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&consulta=1&codigo=E9A08902488580DD2B330581&itd=5&ss=2&origem=assinador\\_pki&erros=0&erro=v](https://americobrasiliense.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&consulta=1&codigo=E9A08902488580DD2B330581&itd=5&ss=2&origem=assinador_pki&erros=0&erro=v)

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Folha	61
Proc.	453/2022
Resp.	WUB



## Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022 | Aguardando promulgação da lei | 20/05/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

### Tramitação

#### Data Tramitação

20/05/2022

#### Unidade Local

Assessoria Legislativa - AL

#### Unidade Destino

Prefeitura Municipal de Américo  
Brasiliense - PMAB

#### Data Encaminhamento

#### Data Fim Prazo

#### Status

Aguardando promulgação da lei

#### Turno

#### Urgente ?

Não

#### Texto da Ação

#### Usuário

[Raquel](#)

#### IP

201.33.203.252

#### Data e Hora da Edição

30 de Maio de 2022 às 10:07



Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e  
aberto. Release: 3.1.162

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#)  
4.0  
[Atribuir Fonte - Compartilhar Igual](#)

Câmara Municipal de Américo Brasiliense  
Rua Manoel Borba, 298 - Centro  
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134  
[OpenAPI](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)



**EM BRANCO**

**Ofício 365/2022**

Código nº 734.716.539.175.426.344

Prefeitura do Município de  
Américo BrasileiroFabio S. **DEADM - SEC**

(via WEB)

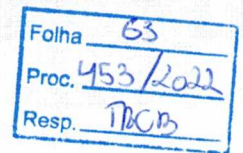
Destinatário

Câmara Municipal

· 16 99609-5631

CNPJ 50.513.589/0001-08

Em 30/05/2022 às 10:32

**Leis já promulgadas**

Excelentíssimo Senhor Presidente

**Vereador JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE**

DD. Presidente da Câmara Municipal

NESTA

Com cordiais e respeitosos cumprimentos, em cumprimento a determinação do Exmo. Sr. Prefeito Dirceu Brás Pano, encaminho em anexo, as seguintes leis já promulgadas:

- Lei 2403, de 17 de maio de 2022;
- Lei 2404, de 24 de maio de 2022;
- Lei 2405, de 24 de maio de 2022; e
- Lei 2406, de 24 de maio de 2022.

Encaminho ainda os arquivos de textos das referidas leis para o uso que se fizer necessário.

Sem mais para o momento, renovo a Vossa Excelência e demais ilustres Vereadores, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**LIDO**

Em 06/06/2022

**PRESIDENTE**Fabio Tavares da Silva  
Secretário Municipal

Este documento foi assinado digitalmente.

L\_2403\_2022.docx (55,18 KB)

4 downloads

L\_2403\_2022.pdf (705,84 KB)

1 download

L\_2404\_2022.docx (71,43 KB)

2 downloads

L\_2404\_2022.pdf (862,70 KB)

2 downloads

L\_2405\_2022.docx (56,00 KB)

1 download

L\_2405\_2022.pdf (856,84 KB)

1 download

L\_2406\_2022.docx (54,39 KB)

3 downloads

## Transparência — Quem já visualizou

Câmara Municipal	IP 201.33.203.252	30/05/2022 às 16:31
Consulta externa por código	IP 201.33.203.252	30/05/2022 às 11:57
Fábio Tavares da Silva - Secretário Municipal	DEADM » DEADM - SEC	30/05/2022 às 10:32

30/05/2022 às 10:32

DEADM » DEADM - SEC - Fábio S. assinou digitalmente [Assinatura 1Doc] com o certificado

FABIO TAVARES DA SILVA CPF 255.XXX.XXX-74 conforme MP nº 2.200/2001

Folha	64
Proc.	453/2022
Resp.	MCS

Verificar Co-assinar

## Tramitação 1- 365/2022

31/05/2022 às 08:55

Respondido

Câmara Municipal

16 99609-5631

CNPJ 50.513.589/0001-08

## Envolvidos

Fábio, bom dia

Seguem as referências das leis promulgadas informadas:

- a Lei nº 2406, de 24 de maio de 2022, faz parte do processo nº 410/2022;
- a Lei nº 2405, de 24 de maio de 2022, faz parte do processo nº 433/2022;
- a Lei nº 2404, de 24 de maio de 2022, faz parte do processo nº 44530/2022;
- a Lei nº 2403, de 17 de maio de 2022, faz parte do processo nº 459/2022.

Atte.,

Luiz Gabriel

Câmara Municipal

Este documento foi assinado digitalmente.

31/05/2022 às 08:56

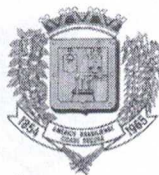
Câmara Municipal assinou digitalmente [Assinatura 1Doc] com o certificado CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILENSE CNPJ 50.513.589/0001-08 conforme MP nº 2.200/2001

Verificar Co-assinar

1Doc • Comunicação Interna, Atendimento, Documentos e Tarefas • [www.1doc.com.br](http://www.1doc.com.br)

« Voltar - Central de Atendimento





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

LEI Nº 2404

De 24 de maio de 2022

Folha	65
Proc.	453/2022
Resp.	IMCB

*Institui a Política Municipal de Proteção e Gestão Animal do Município de Américo Brasileiro e dá outras providências.*

**DIRCEU BRÁS PANO**, Prefeito do Município de Américo Brasileiro, Estado de São Paulo, de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 16 de maio do corrente ano, sanciona e promulga a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Proteção e Gestão Animal, visando à Proteção e Bem-Estar Animal, Posse Responsável e Controle de Natalidade de cães e gatos no Município de Américo Brasileiro.

Parágrafo único. As ações relativas à Política Municipal de Proteção aos Animais a que se refere o "caput" deste artigo serão planejadas, coordenadas e desenvolvidas pelo Centro de Triagem Animal (CTA).

Art. 2º O desenvolvimento de ações objetivando a execução da Política Municipal de Proteção e Gestão Animal passa a ser regida por esta lei, que tem como princípios básicos:

- I - O bem-estar humano e animal;
- II - O incentivo a uma educação ambiental voltada para a posse responsável;
- III - O controle das populações animais abrangidas por esta lei;
- IV - A prevenção e controle de zoonoses;
- V - A identificação, recolhimento e registro de animais;
- VI - A fiscalização e punição dos maus tratos aos animais.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal de Proteção aos Animais:

- I - Definir as ações de proteção e bem-estar à saúde animal;
- II - Normatizar, planejar, executar e coordenar os procedimentos de bem-estar e proteção à vida animal;
- III - Realizar o credenciamento de médicos veterinários, consultórios, clínicas, hospitais e outros estabelecimentos veterinários para a execução de atividades, campanhas e ações previstas na presente Lei;
- IV - Incentivar, divulgar, promover e realizar a identificação de animais dentro do território do município;

Folha	66
Proc.	453/2022
Resp.	1000



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

V - Realizar o registro de animais para fins de cadastro, controle e planejamento de ações;

VI - Planejar e executar ações de controle de população de animais de pequeno porte (cães e gatos) pelo método de esterilização cirúrgica em fêmeas e machos;

VII - Coordenar e desenvolver ações e atividades para incentivar a prática da adoção e posse responsável de animais de pequeno porte.

VIII - Contribuir para monitorar as Doenças de Notificação Compulsória (DNC) relacionadas com animais;

IX - Combater e prevenir os maus tratos aos animais;

X - Fiscalizar e aplicar as normas previstas em legislação de proteção e controle animal e aquelas relativas à criação, comercialização, propriedade, guarda, posse, uso, transporte, tráfego, relativas aos animais dentro do município;

XI - Criar e acompanhar indicadores para acompanhamento da evolução da população animal e do resultado das ações desenvolvidas apresentando aos órgãos envolvidos.

Art. 4º Constituem objetivos básicos das ações de prevenção e controle de zoonoses e das ações de controle das populações de animais:

I - Prevenir, reduzir e eliminar a morbidade e a mortalidade, bem como os sofrimentos humanos causados pelas zoonoses urbanas prevalentes;

II - Preservar a saúde da população, mediante o emprego dos conhecimentos especializados e experiências de Saúde Pública Veterinária.

III - Prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento aos animais;

IV - Preservar a saúde e o bem-estar da população humana, evitando-lhe danos ou incômodos causados por animais;

V - Fomentar e realizar ações de educação sobre a posse e propriedade responsável, na comunidade escolar, em todos os níveis, bem como nas comunidades, através de campanhas educativas;

VI - Estabelecer parcerias com instituições de ensino superior, associações de proteção aos animais, órgãos governamentais e não governamentais;

VII - Controlar a natalidade através de castrações, esterilizações e uso de produtos químicos para evitar o período de cio ou fecundação.

Art. 5º O Centro de Triagem Animal será responsável por:

I – Fiscalizar denúncias de maus-tratos e agressões a animais;

II – Realizar a apreensão de animais feridos ou debilitados;

III – Notificar, multar ou aplicar penalidades disciplinadas nesta Lei;

IV – Encaminhar os animais suspeitos de zoonoses para a coleta de exames e observação, com fornecimento de tratamento suporte do animal resgatado durante o período de observação da zoonose;

V – Realizar tratamento dos animais resgatados, providenciando abrigo para eles;





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

VI – Adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das disposições regulamentadas nesta legislação, bem como aquelas inerentes ao poder de polícia correlato.

Parágrafo único. Compete à Ouvidoria Geral do Município, recepcionar as denúncias, reclamações e outras demandas relacionadas à política municipal de proteção animal, remetendo ao Centro de Triagem Animal os devidos registros e encaminhamentos que se fizerem necessários.

Art. 6º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Zoonose: infecção ou doença infecciosa transmissível naturalmente entre animais vertebrados e o homem e vice-versa;

II – Animais de estimação: os de valor afetivo, passíveis de coabitar com o homem;

III – Animais soltos: todo e qualquer animal errante encontrado sem qualquer meio de contenção;

IV – Abrigos municipais de animais: dependência apropriada para alojamento e cuidados dos animais apreendidos e resgatados, para quarentena e para aguardo de adoção de animais saudáveis;

V – Animais agressores: aqueles causadores de danos físicos a pessoas e outros animais em logradouros públicos;

VI – Apreensão de animal: é o exercício do Poder de Polícia da Administração Pública em retirar da posse de tutor, curador ou criador animal que esteja em situação de vulnerabilidade e risco;

VII – Resgate de animal: é a captura de animais que estejam abandonados, propositalmente ou não, em logradouros públicos ou locais particulares;

VIII – Animal Comunitário: animal canino ou felino, que estabelece com a comunidade em que vive laços de afeto, de dependência e de manutenção, ainda que não possua responsável único e definido, podendo ser mantido no local em que se encontra sob a responsabilidade de tutores comunitários;

IX – Padrinho: pessoa jurídica que poderá custear alimentação, materiais de higiene, medicamentos, abrigo (casinhas), comedouros, bebedouros e o que for necessário para o objetivo desta lei, podendo ser autorizada a divulgação da sua marca junto a um ponto fixo de referência, obedecendo às especificações determinadas e previamente autorizadas a ser regulamentada por decreto.

### CAPÍTULO II

#### DA GUARDA RESPONSÁVEL DOS TUTORES, CUIDADORES E CRIADORES

Art. 7º Define-se guarda responsável como o dever dos tutores, cuidadores e criadores em manter os animais domésticos em condições adequadas de alojamento, alimentação, saúde, higiene e bem-estar, bem como em garantir a identificação, a segurança destes, de terceiros ou outros animais e a destinação correta dos dejetos por eles produzidos.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

§ 1º Para os fins desta lei, tutor de animal doméstico é aquele que mantém sob sua responsabilidade, como ânimo de permanência, animais domésticos entre cães e gatos.

§ 2º Para os fins desta lei, cuidador de animal doméstico é aquele que abriga em caráter temporário ou permanente, sem fins lucrativos, mais 5 (cinco) indivíduos, entre cães e gatos, com o fim de acolhê-los, tratá-los e alimentá-los.

§ 3º Para os fins desta lei, criador é aquele que abriga em caráter temporário ou permanente, com fins lucrativos, animais de qualquer tipo.

§ 4º Para os fins desta Lei, entende-se por protetor de animal doméstico a pessoa natural ou a pessoa jurídica que, sem intuito lucrativo:

I – Se dedique às atividades em prol da defesa e da proteção dos animais, de forma beneficente e voluntária;

II – Realize atividades individuais ou comunitárias junto à população levando, orientação e informação sobre os benefícios dos cuidados necessários para os animais domésticos, tais como castração, assistência médico-veterinária, alimentação adequada, adoção e doação responsável, canais para encaminhamento de denúncia de maus tratos;

III – Se dedique a levar ao conhecimento da comunidade de Américo Brasiliense, informações sobre as leis vigentes referentes à adoção e guarda responsável para animais de pequeno, médio ou grande porte.

§ 5º São extensíveis aos protetores de animais domésticos todas as obrigações e deveres impostos pelo ordenamento jurídico municipal, ao tutor, ao cuidador ou ao criador de animais domésticos.

§ 6º São extensíveis aos protetores de animais domésticos todas as infrações tipificadas pelo ordenamento jurídico municipal, que tenham por sujeito ativo o tutor, o cuidador ou o criador de animais domésticos.

§ 7º É proibido praticar ato de abuso, falta de alimentação, maus-tratos, sacrifício, manutenção em condições humilhantes, ferir ou mutilar animais.

Art. 8º São considerados abusos e maus-tratos a animais:

I – Submetê-los a qualquer prática que cause ferimentos, sofrimento ou morte;

II -Mantê-los sem abrigo, em lugar impróprio, perigoso, insalubre ou que lhes impeçam movimentação e descanso, ou ainda onde fiquem privados de ar, luz solar, bem como alimentação adequada e água, assim como deixar de ministrar-lhes assistência veterinária por profissional habilitado, quando necessário;



Folha	69
Proc.	453/2022
Resp.	R003

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

III – Criá-los, mantê-los ou expô-los em recintos exíguos, insalubres ou impróprios, bem como transportá-los em veículos ou gaiolas inadequados ao seu bem-estar ou à segurança deles e de terceiros;

IV – Utilizá-los em rituais religiosos ou rinhas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;

V – Deixar de socorrê-los no caos de atropelamentos em vias públicas ou acidentes domésticos;

VI – Provocar-lhes a morte por envenenamento ou outros meios;

VII – Sacrificá-los;

VIII – Realizar experiências sem conhecimento de Conselhos de Ética reconhecidos pelo CONEP.

IX – Confinamento, acorrentamento ou alojamento inadequado.

§ 1º Mediante laudo técnico circunstanciado, outras práticas poderão ser enquadradas como maus-tratos ou abusos.

§ 2º Entende-se como confinamento, acorrentamento ou alojamento inadequado, qualquer meio de restrição à liberdade de locomoção dos animais domésticos.

§ 3º A restrição à liberdade de locomoção ocorrerá por qualquer meio de aprisionamento permanente ou rotineiro do animal a um objeto estacionário por períodos contínuos.

§ 4º Nos casos de impossibilidade temporária por falta de outro meio de contenção, o animal será preso a uma corrente do tipo "vaivém" com, no mínimo, 3 (três) metros de comprimento.

§ 5º A liberdade de locomoção do animal deverá ser oferecida de modo a não causar quaisquer ferimentos, dores ou angústias, observando-se:

I – A corrente utilizada não poderá pesar mais de 10% (dez) por cento do peso do animal;

II – Ficará vedado o uso de cadeado para fechamento da coleira.

§ 6º É proibido o confinamento de animais em alojamentos ou locais que não respeitem as condições adequadas ao bem-estar do animal, observando-se:

I – Dimensões apropriadas às espécies, necessidade e tamanho do animal;

II – Espaço suficiente para ampla movimentação;

III – Incidência de sol, luz, sombra e ventilação;

IV – Fornecimento de alimento e água limpa, além de contínuo atendimento de suas necessidades, incluindo atendimento veterinário;



Folha	70
Proc.	453/2022
Resp.	RSCB



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

VI – Asseio e conservação de higiene do alojamento e do próprio animal.

§ 7º Os animais encontrados nas condições anteriormente previstas de confinamento, acorrentamento ou alojamento inadequado devem ser resgatados e encaminhados para adoção.

§ 8º O descumprimento ao disposto neste artigo constitui infração gravíssima, acrescida de 100% (cem por cento) a cada reincidência.

Art. 9º Todo animal, ao ser conduzido em vias e logradouros públicos, deve obrigatoriamente usar coleira e guia adequadas aos seu tamanho e porte, assim como deve ser conduzido por pessoas com idade e força suficiente para controlar os movimentos do animal.

§ 1º Cães de raças reconhecidamente bravias, a exemplo de Dobermann, Bull terrier, Fila-brasileiro, Pit Bull, Rottweiler e outros, bem como quaisquer animais que apresentem comportamento agressivo, independente de tamanho ou raça, devem ser conduzidos com focinheira, além de coleira e guia.

§ 2º O condutor de animais em via pública fica obrigado a recolher os dejetos fecais.

§ 3º Todo o tutor, protetor, cuidador ou criador de animal é obrigado a vacinar seu cão ou gato contra a raiva, observando o período recomendado pelo veterinário responsável.

§ 4º O tutor ou responsável pela guarda de um animal não poderá impedir o acesso de agente do Centro de Triagem Animal no exercício de suas funções, às dependências do alojamento do animal, sempre que necessário, bem como acatar as suas determinações legais.

§ 5º Os cães-guia para deficientes visuais terão livre acesso a qualquer estabelecimento, bem como a meios de transporte público e coletivo.

§ 6º No imóvel onde permanecer animal bravo, deverá ser afixada placa com os dizeres “CUIDADO-CÃO BRAVO”, com tamanho compatível à leitura à distância e em local visível ao público.

Art. 10. É proibido abandonar animais em quaisquer circunstâncias e lugares.

Parágrafo único. O animal resgatado em virtude de abandono, proposital ou não, deverá ser retirado no prazo máximo de 10 (dez) dias, devendo o tutor, protetor, cuidador ou criador arcar com as despesas correspondentes ao abrigo do animal, as quais poderão ser substituídas, exclusivamente na hipótese deste artigo, por pena de advertência, em se tratando de tutor, cuidador ou criador primários na prática de tal infração.





Folha	71
Proc.	453/2022
Resp.	MCB

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Art. 11. Serão recolhidos, em lugar próprio da Municipalidade, os animais abandonados ou sob guarda de tutor, protetor, cuidador ou criador, que:

I – Apresentem sinais de doença manifesta ou portadores de enfermidades espécies específicas e não estejam recebendo tratamento e acompanhamento veterinário pelo responsável pelo animal;

II – Animais abandonados, sem tutor, e que sejam agressivos em relação a pessoas ou animais, sem que haja provocação, desde que comprovada pela fiscalização;

III – Apresentem sinais de sofrimento, como fraturas, hemorragias, impossibilidade de locomoção, mutilação, feridas extensas, profundas e prolapso, entre outros.

IV – Estejam envolvidos em situações de risco, como rinhas, acidentes de trânsito, atropelamentos ou sejam vítimas de maus tratos.

V – Animais fêmeas abandonadas ou errantes que estejam no período de cio.

### CAPÍTULO III

#### RESGATE, APREENSÃO E DESTINAÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

Art. 12. O Centro de Triagem Animal poderá receber denúncias de animais abandonados, animais vítimas de maus-tratos ou animais em situação de perigo para si ou terceiros, sendo que as denúncias poderão resultar em:

I – Orientação telefônica;

II – Fiscalização in loco;

III – Apreensão;

IV – Resgate.

Art. 13. O Centro de Triagem Animal determinará fiscalização preventiva, que poderá resultar em apreensão ou resgate animal.

Art. 14. Os animais apreendidos ou resgatados passarão por triagem realizada pelo CTA, a qual classificará os animais em:

I – Condenados, quando diagnosticada doença infecto contagiosa incurável que coloque em risco a saúde pública ou quando diagnosticada situação de sofrimento extremo irreversível;

II – Suspeitos de doenças infecto contagiosas;

III – Aparentemente sem doenças infecto contagiosas.

Art. 15. Os animais apreendidos ou resgatados serão:

I – Encaminhados à eutanásia, de responsabilidade do CTA, após emissão de laudo do veterinário, precedido de exames comprobatórios da enfermidade;

Folha	72
Proc.	453/2022
Resp.	WCM



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

II – Encaminhado à quarentena, de responsabilidade do CTA, onde ficarão por 10 (dez) dias recebendo tratamento adequado;

III – Encaminhados às entidades conveniadas, onde receberão tratamento adequado;

§ 1º Os animais resgatados estarão à disponibilidade de recuperação por seus tutores, protetores, cuidadores ou criadores, sem prejuízo do pagamento das multas ou preços públicos estabelecidos nesta lei.

§ 2º Fica o Município autorizado a firmar parcerias e ou convênio com entidades para cuidados, abrigo e tratamento de animais, especialmente quando tratar-se de animais de grande porte.

§ 3º Se o animal resgatado estiver registrado, o tutor, protetor, o cuidador ou o criador será notificado para retirá-lo, observadas as penalidades e pagamentos determinados.

§ 4º Os animais apreendidos ou resgatados sem identificação serão registrados eletronicamente, podendo o CTA cobrar, salvo a hipótese de isenção da taxa de registro do tutor ou cuidador que o venha retirar.

§ 5º Deverá o tutor, cuidador ou o criador providenciar a retirada do animal no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, em se tratando de animal de grande porte, ou de 5 (cinco) dias, nos demais casos; transcorrido o prazo para retirada sem qualquer manifestação, o animal será encaminhado à adoção, após ser esterilizado e declarado saudável.

§ 6º Os animais domésticos apreendidos ou resgatados, vítimas de maus tratos, não poderão ser devolvidos aos responsáveis por sua guarda que, comprovadamente, maltrata-os, ou concorreu para a prática do ato de maus tratos, e serão, após esterilizados e declarados saudáveis, encaminhados à adoção.

§ 7º O responsável, bem como toda pessoa que, comprovadamente, praticar ato de maus-tratos, ou concorrer para a sua prática, contra animais domésticos que estejam sob sua guarda ou de outrem, fica proibido de tê-los sob sua guarda, inclusive adotá-los, pelo período de 5 (cinco) anos, a contar da data da infração.

Art. 16. A retirada de animal resgatado será feita mediante pagamento de diária de ½ (meia) UFM na primeira apreensão, 02 (duas) UFM's na segunda, acrescida progressivamente de 100% (cem por cento) a partir da terceira apreensão.

Art. 17. Os animais que forem apreendidos, recolhidos ou resgatados, em conformidade com esta lei serão mantidos em recintos higienizados, com proteção contra intempéries naturais, cuidados médicos e alimentação adequada.





Folha	73
Proc.	453/2021
Resp.	INOC

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

§ 1º Os cuidados médicos veterinários serão prestados pelo Município ou por entidade conveniada.

§ 2º Fica o Município autorizado a instituir, mediante decreto, preço público para custear as despesas relativas ao abrigo, cuidados médicos veterinários ou alimentação adequada de que trata este artigo, o qual será cobrado do tutor, do cuidador ou do criador do respectivo animal apreendido recolhido ou resgatado.

Art. 18. A entrega de um animal resgatado e não registrado, somente será feita a quem o reclame após averiguação de indícios da alegada guarda.

Parágrafo único. Os indícios de que trata o “caput” deste artigo podem ser objetivos, como fotos do animal, ou subjetivos, como comportamento afetuoso do animal para com quem o reclame, sendo possível, se necessário, fiscalização.

Art. 19. Fica proibida a eliminação de animais domésticos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres.

Parágrafo único. É permitida a eutanásia como prática excepcional, nos casos de condenação constatados na triagem, devidamente justificados por laudo do responsável técnico pela decisão e desde que o procedimento tenha sido acompanhado por, ao menos, uma entidade conveniada.

Art. 20. O animal com histórico de agressividade injustificada e comprovada por laudo médico será inserido, após esterilizado e declarado saudável, em programa especial de adoção de critérios diferenciados, prevendo assinatura de termo de conhecimento do fato e termo de compromisso pelo qual o adotante se obrigará a cumprir o estabelecido em legislação específica para cães bravios, a manter o animal em local seguro e em condições favoráveis de ressocialização.

Art. 21. Para efetivação do programa de adoção, o Poder Público poderá viabilizar as seguintes medidas:

I – A destinação de local para manutenção e exposição dos animais disponibilizados para adoção, que será aberto à visitação pública, onde os animais serão separados conforme critério de competição física, de idade, sexo e temperamento;

II – Campanhas de conscientização do público sobre a necessidade de esterilização, identificação eletrônica, vacinação periódica e guarda responsável, assim como divulgação de que abandono, maus-tratos e abusos de animais configuram crime ambiental, punidos por legislação própria, além das penalidades estabelecidas por esta lei;





Folha	74
Proc.	453/2022
Ass.	Invcm

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

III – Orientação técnica aos adotantes e ao público em geral para os princípios da tutela responsável de animais, visando atender às suas necessidades físicas, psicológicas e ambientais.

Art. 22. Fica o Centro de Triagem Animal obrigado a adotar o protocolo de captura, esterilização, chipagem e devolução, tendo por objetivo o controle populacional de cães e gatos sem tutores conhecidos no município de Américo Brasiliense.

§ 1º O cadastro de cada animal conterà os seguintes dados:

- I – Número do microchip aplicado no animal;
- II – Data do Registro;
- III – Dados do animal: nome do animal, porte, sexo, raça, cor, idade real ou presumida, e se castrado, a data da castração;
- IV – Data da última vacinação contra raiva;
- V – Dados do tutor, nome completo, número do R.G., C.P.F., data de nascimento, endereço completo, telefone e e-mail de contato;

§ 2º O Protocolo de captura, esterilização e devolução (CECD), deverá ser:

- I – Implementado, também, por instituições não governamentais e ainda por protetores independentes;
- II – Executado sobre espécimes de cães e gatos cujos tutores sejam pessoas em situação de rua.

§ 3º Para fins da execução do Protocolo CECD, a captura dos animais deverá ser realizada sem sofrimento e de forma a gerar o mínimo de estresse possível no animal.

§ 4º Todo animal submetido ao Protocolo CECD deverá ser identificado mediante marca no interior da orelha, na cor vermelha, devendo a identificação ser feita de forma minimamente invasiva, durante a cirurgia de esterilização ou com o animal anestesiado.

§ 5º O pós-cirúrgico do animal submetido ao Protocolo CECD ficará a cargo da entidade que iniciou e executou referido protocolo, sendo que os animais serão devolvidos aos seu local de origem após a plena recuperação.

### CAPÍTULO IV DA PRÁTICA DE MAUS TRATOS

Art. 23. Fica proibida a prática de maus-tratos e crueldade contra animais no âmbito do Município de Américo Brasiliense.



Folha	75
Proc.	453/2022
Resp.	TRV

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Art. 24. Define-se como maus-tratos e crueldade contra animais, as ações diretas ou indiretas capazes de provocar privação das necessidades básicas, sofrimento físico, medo, estresse, angústia, patologias ou morte ao animal.

§ 1º São ações diretas e indiretas, aquelas que maltratam e provoquem os estados descritos no *caput* deste artigo, tais como:

I- abandono em vias públicas, em imóveis residenciais fechados ou inabitados e em terrenos baldios;

II- agressões diretas ou indiretas de qualquer tipo: espancamento, lapidação, com uso de instrumentos cortantes, instrumentos contundentes, substâncias químicas, fogo, substâncias escaldantes, substâncias tóxicas e/ou similares;

III- privação de alimento ou de alimentação adequada à espécie, bem como de atendimento médico veterinário quando necessário;

IV- confinamento inadequado à espécie animal, privando-o de expressar comportamentos naturais como deitar, levantar e andar;

V- sofrimento físico e estresse mental aos animais em decorrência de:

a) conduzi-los amarrados à traseira de veículos motorizados, motocicletas, bicicletas, carroças, charretes, ou transportá-los de forma anormal;

b) utilizá-los para o transporte de cargas ou passageiros com peso superior à sua força;

c) marcá-los a fogo;

d) obrigá-los a trabalhar doentes, feridos, extenuados ou enfraquecidos;

e) fazê-los trabalhar sem parada para descanso, ingestão de água e alimentos;

f) castigá-los ao cair, atrelados ou não a veículo, fazendo-os levantar a custo de sofrimento;

g) amarrá-los em cordas ou correntes.

VI- outros atos praticados que, mesmo não especificados nesta lei, possam acarretar sofrimento aos animais.

§ 2º A prática dos atos tipificados nos incisos I, II e V caracterizam-se como de natureza grave para fins de aplicação das penalidades previstas nesta Lei.

Art. 25. A configuração da prática de maus-tratos e crueldade a animais, depende da emissão de laudo técnico por profissional de Medicina Veterinária para a sua comprovação, o qual poderá ter como base elementos obtidos em vistorias, relatos de testemunhas, denúncias e boletim de ocorrência policial.

Art. 26. Compete ao Departamento de Saúde, através do CTA – Centro de Triagem Animal, a apuração das práticas de maus-tratos e crueldade a animais.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Art. 27. A atuação do Poder Público estará condicionada à apresentação de denúncia formal ou quando ocorrer situação de flagrante.

§ 1º Sendo formalmente apresentada a denúncia, devidamente acompanhada de identificação do infrator, endereço da ocorrência e provas documentais e/ou testemunhais, dar-se-á intervenção imediata do médico veterinário para emissão do laudo técnico.

§ 2º Em caso de denúncia informal ou anônima, far-se-á investigação preliminar para emissão de laudo técnico.

Art. 28. Configurada a necessidade de retirada do animal prejudicado e havendo impedimento por parte dos seus proprietários, o CTA – Centro de Triagem Animal poderá encaminhar o procedimento ao Departamento de Negócios Jurídicos para as providências pertinentes.

### CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 29. Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de guarda, proteção e recuperação de animais é considerada, no âmbito desta lei, infração administrativa e será punida com as sanções previstas, sem prejuízo da aplicação de legislação federal ou estadual e respectivas penalidades, inclusive criminais.

Parágrafo único. Sem prejuízo da responsabilização civil e penal, aos infratores da presente Lei serão aplicadas, alternativa ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I- advertência por escrito, na primeira infração de natureza leve, esclarecendo que, em caso de reincidência, será cobrada multa;

II- multa no valor de 5 (cinco) UFM's (Unidade Fiscal do Município), nos casos de:

- a) reincidência na prática de infração de natureza leve, dobrada a cada reincidência;
- b) infração de natureza grave.

III- apreensão do(s) animal(is);

IV- interdição parcial ou total do estabelecimento, seções, dependências e veículos;

V- proibição de propaganda;

VI- cassação de Alvará de Funcionamento.

Art. 30. Se o infrator cometer simultaneamente duas ou mais infrações ser-lhe-ão aplicadas cumulativamente as sanções a elas cominadas.





Folha	77
Proc.	453/2021
Resp.	RUB

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Art. 31. Para aplicação da pena de multa, será lavrado o competente auto de infração, devendo o infrator ser notificado sobre a aplicação da multa.

Parágrafo Único – A notificação de que trata o caput deverá ser procedida:

- I. pessoalmente;
- II. pelo correio, com Aviso de Recebimento;
- III. por edital, se estiver em um local incerto, não sabido, ou pela dificuldade em ser encontrado.

Art. 32. Fica assegurado aos infratores penalizados nos termos do artigo 31, o direito de recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a ciência da infração.

§ 2º Considerar-se-á prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou dia que:

- I. for determinado o fechamento da Prefeitura Municipal;
- II. o expediente da Prefeitura Municipal foi encerrado antes do horário normal.

Art. 33. Julgando-se legítima a aplicação da multa, será concedido ao responsável um prazo não superior a 30 (trinta) dias para pagamento.

Art. 34. Após a lavratura do auto de infração, para aplicação de qualquer das penalidades previstas no artigo 29, será instaurado processo administrativo, a ser autuado pela CTA, onde tramitará até sua decisão final.

Art. 35. Finalizado o processo administrativo, a cópia integral dos autos será remetida ao Setor Fiscal do Município de Américo Brasileiro para adoção das medidas cabíveis.

§ 1º Caberá ao Setor Fiscal requisitar ao setor responsável o lançamento do crédito não-tributário, que deverá ser realizado no prazo não superior a 15 (quinze) dias.

§ 2º Aperfeiçoada a constituição do crédito não-tributário, caberá ao setor responsável proceder a inscrição em dívida ativa do montante no cadastro mobiliário do contribuinte e/ou responsável, observando-se os prazos preconizados em lei.





Folha	78
Proc.	453/2022
Resp.	QCD

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

§ 3º Consolidado o crédito não-tributário em dívida ativa do Município, ao setor responsável compete proceder o ajuizamento da Ação de Execução Fiscal no prazo legal, sem prejuízo de outras providências previstas na legislação.

### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. Os valores recolhidos em função das multas previstas nesta Lei serão revertidos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, em rubrica específica para ações de acolhimento, tratamento e programas de adoção e conscientização de animais.

§ 1º Os valores arrecadados poderão ser revertidos para entidades conveniadas, para fins de atendimento do disposto no “caput”

Art. 37. O tutor, o cuidador ou o criador autuado e multado que se mantiver inadimplente será inscrito em dívida ativa.

Parágrafo único. Serão igualmente inscritos em dívida ativa os valores correspondentes ao preço público de que trata esta lei que, devidamente cobrados, não forem pagos até o seu vencimento pelo tutor, pelo cuidador ou pelo criador do respectivo animal apreendido, recolhido ou resgatado.

Art. 38. As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 39. Revogam-se as disposições em contrário e de modo especial a Lei Municipal nº 1301, de 21 de agosto de 2010.

Art. 40. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palacete “Benedicto Nicolau de Marino”, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de maio de 2022 (dois mil e vinte e dois).

**DIRCEU BRÁS PANO**  
**Prefeito Municipal**

Publicada no Departamento competente da Prefeitura Municipal.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

**FABIO TAVARES DA SILVA**  
**Secretário Municipal**

Folha	79
Proc.	453/2022
Resp.	TUCB

Registrada às fls. 083/097 do livro competente n.º 42 (quarenta e dois).

EM BRANCO

Assinado por 2 pessoas: DIRCEU BRÁS PANO e FABIO TAVARES DA SILVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://americobrasiliense.1doc.com.br/verificacao/9204-3DB4-0715-EF47> e informe o código 9204-3DB4-0715-EF47



DATA	____/____/____
VALOR	____
DESCRIÇÃO	____
ASSINATURA	____

**EM BRANCO**



## Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022 | Proposição transformada em lei por promulgação | 30/05/2022 (Projeto de Lei Ordinária nº 31 de 2022)

[Listar Tramitações](#) [Adicionar Tramitação](#)

[Editar](#) [Excluir](#)

### Tramitação

#### Data Tramitação

30/05/2022

#### Unidade Local

Prefeitura Municipal de Américo Brasileiro - PMAB

#### Unidade Destino

Assessoria Legislativa - AL

#### Data Encaminhamento

#### Data Fim Prazo

#### Status

Proposição transformada em lei por promulgação

#### Turno

#### Urgente ?

Não

Folha	80
Proc.	453/2022
Resp.	TRUB

#### Texto da Ação

#### Usuário

[Raquel](#)

#### IP

201.33.203.252

#### Data e Hora da Edição

30 de Maio de 2022 às 12:33

Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.162

Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#) 4.0  
[Atribuir Fonte - Compartilhar Igual](#)

Câmara Municipal de Américo Brasileiro  
Rua Manoel Borba, 298 - Centro  
CEP: 14820-003 | Telefone: (16) 3392-1134  
[Quem Somos](#) | [Site](#) | [Fale Conosco](#)


**EM BRANCO**





Folha	81
Proc.	453/2022
Resp.	TRC

## Câmara Municipal de Américo Brasileiro

### TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Aos 29 dias do mês de junho do ano de 2022, nesta  
Secretaria Legislativa, faço o encerramento do processo nº 453/2022,  
contendo 81 folhas, incluindo este Termo.

TR Cardoso B

Tereza Raquel Cardoso de Brito  
Assistente Legislativo

PÁGINA EM BRANCO